

3.6 - EXECUÇÃO DO OFSS PELAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE FOMENTO

3.6.1. Banco do Brasil S.A. - BB

Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos do Orçamento Fiscal

O Banco do Brasil - BB realiza financiamentos de interesse governamental e executa programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO; Fundo de Defesa da Economia Cafeteira – Funcafé; Fundo de Terras e de Reforma Agrária (Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT; Consolidação da Agricultura Familiar - CAF; Banco da Terra; e Combate à Pobreza Rural/Nossa Primeira Terra - CPR/NPT); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional – Pronaf/TN (os valores provenientes do FCO Pronaf estão inseridos no FCO).

Destacamos a seguir os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal. Para elaboração das tabelas a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

a) saldo anterior: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2008; b) saldo atual: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2009; c) valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União para o fundo/programa em 2009; d) valores aplicados: valores emprestados (capital) pelo BB aos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009; e) encargos apropriados: total de juros e correção monetária devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009. É a remuneração que o devedor pagará ao BB pelo capital que lhe foi emprestado (encargos financeiros); f) valores devidos: valores devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009. Contempla os valores recebidos (pagos) e não recebidos (em atraso). Incluem: capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc.; g) valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009 (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc.); e h) inadimplência: valores devidos e não recebidos pelo BB, ou seja, em atraso (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc.) em 31/12/2009 (encargos de inadimplência).

VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO EM 2009

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	BRASIL	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	1.233,90	1.233,90
FUNCAFÉ	644,60	-	644,60
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	87,60	-	87,60
PRONAF – TN	414,70	-	414,70
TOTAL	1.146,90	1.233,90	2.380,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo

Obs.: os recursos concedidos não possuem destinação por região, exceto FCO que é exclusivo da região Centro-Oeste.

VALORES APLICADOS POR REGIÃO EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	3.183,42	3.183,42
FUNCAFÉ	8,80	21,46	24,31	416,91	1,17	472,65
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	10,99	88,89	0,86	8,75	28,65	138,14
PRONAF – TN	15,27	293,14	51,03	39,37	1,19	400,00
TOTAL	35,06	403,49	76,20	465,03	3.214,43	4.194,21

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

Obs.: os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

SALDO ANTERIOR POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2008 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	10.436,31	10.436,31
FUNCAFÉ	7,44	103,07	54,46	1.521,41	3,03	1.689,41
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	88,91	1.246,76	38,36	286,73	409,42	2.070,18
PRONAF – TN	427,60	893,24	431,73	472,64	301,56	2.526,77
TOTAL	523,95	2.243,07	524,55	2.280,78	11.150,32	16.722,67

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

SALDO ATUAL POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	10.896,69	10.896,69
FUNCAFÉ	9,92	102,17	67,14	1.531,80	3,38	1.714,41
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	106,70	1.351,50	39,85	312,92	471,91	2.282,88
PRONAF – TN	405,36	1.005,28	407,70	414,56	295,45	2.528,35
TOTAL	521,98	2.458,95	514,69	2.259,28	11.667,43	17.422,33

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.288,28	1.288,28
FUNCAFÉ	0,33	6,40	31,35	129,10	0,08	167,26
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	6,84	51,04	38,20	19,84	34,78	150,70
PRONAF – TN	4,63	19,16	433,19	33,36	64,22	554,56
TOTAL	11,80	76,60	502,74	182,30	1.387,36	2.160,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES DEVIDOS POR REGIÃO EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.830,88	1.830,88
FUNCAFÉ	5,92	26,65	12,26	599,76	0,68	645,27
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	2,37	49,87	1,61	10,20	11,36	75,41
PRONAF – TN	61,55	217,78	125,79	119,41	41,19	565,72
TOTAL	69,84	294,30	139,66	729,37	1.884,11	3.117,28

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.434,76	1.434,76
FUNCAFÉ	6,64	29,92	15,62	548,63	1,04	601,85
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	0,04	35,19	0,07	2,40	0,94	38,64
PRONAF – TN	39,51	198,85	84,29	130,55	71,40	524,60
TOTAL	46,19	263,96	99,98	681,58	1.508,14	2.599,85

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	396,12	396,12
FUNCAFÉ	0,60	51,57	34,33	653,87	1,39	741,76
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	34,57	336,09	9,97	227,46	257,85	865,94
PRONAF – TN	159,25	218,35	178,24	175,36	236,51	967,71
TOTAL	194,42	606,01	222,54	1.056,69	891,87	2.971,53

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES CONCEDIDOS POR SETOR EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	640,17	-	-	593,73	1.233,90
FUNCAFÉ	564,60	80,00	-	-	644,60
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	87,60	-	-	-	87,60
PRONAF – TN	414,70	-	-	-	414,70
TOTAL	1.707,07	80,00	-	593,73	2.380,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo

VALORES APLICADOS POR SETOR EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.895,07	464,73	555,62	268,00	3.183,42
FUNCAFÉ	472,64	-	-	-	472,64
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	138,14	-	-	-	138,14
PRONAF – TN	400,00	-	-	-	400,00
TOTAL	2.905,85	464,73	555,62	268,00	4.194,20

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

Obs.: os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2008 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	7.427,15	1.381,84	1.142,79	484,53	10.436,31
FUNCAFÉ	1.689,41	-	-	-	1.689,41
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	2.070,18	-	-	-	2.070,18
PRONAF – TN	2.526,77	-	-	-	2.526,77
TOTAL	13.713,51	1.381,84	1.142,79	484,53	16.722,67

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	7.554,14	1.511,65	1.280,62	550,28	10.896,69
FUNCAFÉ	1.714,41	-	-	-	1.714,41
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	2.282,86	-	-	-	2.282,86
PRONAF – TN	2.528,35	-	-	-	2.528,35
TOTAL	14.079,76	1.511,65	1.280,62	550,28	17.422,31

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.112,06	52,61	23,96	99,65	1.288,28
FUNCAFÉ	167,26	-	-	-	167,26
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	150,70	-	-	-	150,70
PRONAF – TN	554,56	-	-	-	554,56
TOTAL	1.984,58	52,61	23,96	99,65	2.160,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES DEVIDOS POR SETOR EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.023,71	297,23	403,98	105,96	1.830,88
FUNCAFÉ	645,28	-	-	-	645,28
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	75,41	-	-	-	75,41
PRONAF – TN	565,73	-	-	-	565,73
TOTAL	2.310,13	297,23	403,98	105,96	3.117,30

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES RECEBIDOS POR SETOR EM 2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	656,02	282,31	393,83	102,60	1.434,76
FUNCAFÉ	601,85	-	-	-	601,85
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	38,64	-	-	-	38,64
PRONAF – TN	524,60	-	-	-	524,60
TOTAL	1.821,11	282,31	393,83	102,60	2.599,85

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2009 (R\$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	367,69	14,92	10,15	3,36	396,12
FUNCAFÉ	741,76	-	-	-	741,76
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	865,94	-	-	-	865,94
PRONAF – TN	967,71	-	-	-	967,71
TOTAL	2.943,10	14,92	10,15	3,36	2.971,53

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

Impacto Fiscal

A relação entre inadimplência e saldo atual apresenta os seguintes percentuais:

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/ - SALDO ATUAL
FCO	3,64%
FUNCAFÉ	43,27%
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	37,93%
PRONAF – TN	38,27%

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Com a edição da Medida Provisória (MP) 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos

financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o del-credere do agente financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com

del-credere limitado a 6% ao ano. Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional: a) operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; b) operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.6.2001 –

risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); c) operações contratadas a partir de 01.7.2001 – risco 100% BB; e d) operações contratadas no PAPRA (Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária) – risco 100% Procerá (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

SALDO ATUAL POR RISCO

			R\$ milhões
RISCO	VINCENDA	VENCIDA	TOTAL
RISCO FCO	799,60	227,25	1.026,85
RISCO BANCO DO BRASIL	9.553,28	123,40	9.676,68
RISCO COMPARTILHADO	109,63	4,15	113,78
RISCO PROCERA	38,06	41,32	79,38
TOTAL	10.500,57	396,12	10.896,69

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, Fundos de Terra e de Reforma Agrária e Pronaf - TN

Durante o ano de 2009, foram contratados R\$ 472,64 milhões em operações com recursos do Funcafé. Além desse valor, outros R\$ 138,14 milhões foram contratados com recursos dos Fundos de Terra e Reforma Agrária e mais R\$ 400,00 milhões em operações de Pronaf com recursos do Tesouro Nacional. Entre julho/2009 e dezembro/2009, do total de operações contratadas no Pronaf Agricultura Familiar, 6,41% das operações são risco do Tesouro Nacional. Já as operações com recursos

dos Fundos de Terra e Reforma Agrária e as contratações do Pronaf (Pronaf Reforma Agrária e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil) são integralmente com risco do Tesouro Nacional. Os índices de inadimplência apresentados para os fundos e programas: Funcafé (dação), Fundos de Terra e de Reforma Agrária e Pronaf Reforma Agrária, foram apurados contemplando operações vencidas, ainda com possibilidade de renegociação com base na lei 11.775, cujo prazo encerra-se em 30 de junho de 2010.

COMPARATIVO SALDO

			R\$ milhões
FUNDOS E PROGRAMAS	SALDO 2008	SALDO 2009	
FUNCAFÉ	1.689,41	1.714,41	
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	2.070,18	2.282,86	
PRONAF – TN	2.526,77	2.528,35	
TOTAL	6.286,36	6.525,62	

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios

RELAÇÃO ENTRE RISCO E SALDOS APLICADOS

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO -BANCO DO BRASIL	RISCO - TESOURO NACIONAL
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	0%	100%
PRONAF AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN)	46,85%	53,15%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA	0%	100%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL	0%	100%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios

3.6.2. Caixa Econômica Federal - CAIXA

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada nos termos do Decreto-Lei no 759/69.

A adoção das melhores práticas em governança corporativa, por parte da Instituição, tem possibilitado o desenvolvimento de um modelo de gestão compatível com os desafios centrais das organizações modernas: integrar as dimensões social, econômica e ambiental por meio do desempenho empresarial responsável, que prioriza a ética na geração de valor para a sociedade.

A Instituição possui em sua estrutura de governança o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, a Presidência e 11 Vice-Presidências. Cabem a essas

instâncias a proposição, a orientação geral do negócio, a concepção, a deliberação e a execução da estratégia adequada à consecução dos objetivos corporativos. O Estatuto da CAIXA também prevê a existência de órgãos de apoio à gestão: comitês, comissões e conselhos que, agindo sinérgica e integradamente, assumem decisões operacionais e administrativas.

O Plano Plurianual – PPA estabelece os projetos e programas de longa duração, definindo objetivos e metas da administração pública federal. A Instituição participa do PPA 2008-2011, com a execução de 20 ações, distribuídas em 11 programas estratégicos.

Para garantir a implementação das políticas públicas do governo federal, a Empresa inseriu as ações do PPA em que participa nos Planos Operacionais das Vice-

Presidências, sendo estes parte do Sistema de Planejamento CAIXA.

Estratégia e Principais Realizações em 2009

A atualização do Plano Estratégico – Ciclo 2009-2015 mobilizou diretamente mais de 20 mil empregados respeitando a diversidade: geográfica, de negócios, gênero, cargo ou função ocupada, tempo de serviço e grupo étnico-racial, e demonstrou o efetivo compromisso da CAIXA com as melhores práticas de Governança Corporativa. Em 2009 foram revistos a Missão, os Valores, a Visão e os Desafios Estratégicos de forma a serem atualizados para expressar, no novo contexto econômico e social, o papel do Banco como agente indutor do desenvolvimento e sua importância para a sociedade brasileira.

Em 31 de março de 2009, foi criada a CAIXAPAR, destinada a atuar no mercado de participações societárias de caráter estratégico, com o objetivo de realizar aquisição/alienação de participações societárias em instituições financeiras públicas ou privadas sediadas no Brasil. Foi constituída na forma de sociedade por ações e subsidiária integral do Banco, com estatuto próprio regido pela Lei 6.404/1976, com estrutura de pessoal composta pelo quadro próprio da CAIXA, já disponibilizado à nova empresa para esse fim.

O Conselho de Administração da Subsidiária aprovou a aquisição de participação societária no Banco Panamericano SA. Foram adquiridos 49,0% do capital social votante e, 20,69% das ações preferenciais, totalizando 35,54% do capital social total do Banco Panamericano.

O Banco Panamericano e suas coligadas atuam em setores nos quais a CAIXA não tem presença consolidada ou em segmentos em que tem perdido participação no mercado. Sua atuação é voltada para as classes B, C, D e E.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Banco obteve um lucro líquido de R\$ 3,0 bilhões. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 22,8% e as receitas com prestação de serviços cobriram 95,9% das despesas de pessoal e 60,2% das despesas administrativas. O resultado, sustentado pelo desempenho do crédito e pelas receitas de prestação de serviços, alinha-se à decisão estratégica da Empresa em atuar com as menores taxas de juros do mercado e, com isso, expandir de forma sustentável suas operações de crédito.

Os valores dos repasses com tributos e encargos sociais à União, estados e municípios somaram R\$ 3,0 bilhões. Foram aprovados R\$ 662 milhões em juros sobre capital próprio e dividendos.

No final de 2009, a Empresa possuía R\$ 341,8 bilhões em ativos e um patrimônio líquido de R\$ 13,1 bilhões. O índice de Basileia ao fim de dezembro foi de 17,5%, superior ao mínimo de 11% exigido pelo Banco Central do Brasil.

Além dos recursos próprios, a CAIXA é responsável pela administração de mais R\$ 390,9 bilhões em ativos de terceiros, destacando-se R\$ 235,0 bilhões em FGTS e R\$ 102,9 bilhões em fundos de investimento (fundos de rede, exclusivos, FIDIC e FIC).

Captação de Recursos

A CAIXA ampliou sua base de clientes, alcançando 49,4 milhões entre correntistas e poupadores de todas as faixas de renda - um crescimento de 5,2% em relação a dezembro de 2008. Até o final de 2009, o Banco somou 17,9 milhões de contas correntes ativas, 19,8% a mais do que no anterior. O saldo de depósitos apresentou incremento de 8,8% em relação ao ano de 2008. O saldo da poupança apresentou 17,5% de aumento e a captação líquida foi de R\$ 9,9 bilhões no período, elevando a participação de mercado da Instituição para 34,1%.

SALDOS DE DEPÓSITOS
(VALORES EM R\$ MILHÕES)

DEPÓSITOS	2006	2007	2008	2009
À VISTA	8.638	11.550	13.207	16.709
POUPANÇA	60.063	75.601	92.550	108.710
A PRAZO	42.191	41.363	48.626	43.789
CDB/RDB	14.126	12.444	18.310	22.945
JUDICIAIS	28.065	28.919	30.316	20.843
DEPÓSITOS ESPECIAIS E DE FUNDOS E PROGRAMAS	10.783	13.564	11.510	11.312
OUTROS	154	192	128	149
TOTAL	121.829	142.276	166.030	180.670

Fonte: CAIXA

O Banco manteve posição de destaque como gestor de fundos de investimentos em 2009, encerrando o ano com a captação líquida de R\$ 5,9 bilhões. O patrimônio líquido total, considerando os fundos de rede exclusivos, carteiras, FI FGTS, FI FAR, FI FDS e FI de FIC, apresentou aumento de 17,7%, passando de R\$ 222,5 bilhões em dezembro de 2008 para R\$ 261,8 bilhões no mesmo período de 2009. A receita com a administração destes fundos alcançou R\$ 1,0 bilhão.

Operações de Crédito

O saldo da carteira comercial alcançou R\$ 44,9 bilhões, um aumento de 55,7% frente a dezembro de 2008. O segmento de Pessoas Jurídicas obteve saldo de R\$ 23,5 bilhões e o de Pessoa Física, R\$ 21,4 bilhões, crescimento de 55,8% e 55,7%, respectivamente, em relação a 2008.

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO – SALDO
VALORES EM R\$ MILHÕES**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO	
	2008	2009
COMERCIAL	28.854	44.933
PF	13.747	21.401
PJ	15.107	23.532
HABITACIONAL	45.075	70.521
SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA	5.445	8.273
OUTROS	689	644
TOTAL	80.062	124.371

Fonte: CAIXA

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONTRATAÇÃO
VALORES EM R\$ MILHÕES**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONTRATAÇÃO	
	2008	2009
COMERCIAL	69.509	88.098
PF	31.693	41.286
PJ	37.817	46.812
HABITACIONAL	24.035	49.321
SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA	9.090	11.781
APOIO À GESTÃO PÚBLICA	54	33
SAÚDE	2.318	5.240
TOTAL	105.006	154.474

Fonte: CAIXA

Em 2009, o volume de contratações de operações de crédito comercial cresceu 26,7% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 88,1 bilhões. Foram destaque as operações comerciais com pessoas jurídicas, com R\$ 46,8 bilhões de contratações e evolução de 23,8%. Os recursos concedidos a pessoas físicas alcançaram R\$ 41,3 bilhões durante o ano, valor 30,3% superior a 2008. As contratações em habitação apresentaram crescimento de 105,2%, se comparado ao mesmo período de 2008. Foram R\$ 38,1 bilhões em financiamentos, R\$ 3,3 bilhões em subsídios do FGTS, R\$ 1,1 bilhão em repasses, R\$ 5,9 bilhões em arrendamentos e R\$ 573 milhões em consórcios. As operações de saneamento e infraestrutura, incluindo os recursos destinados à saúde e ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Estados e Municípios – PNAFM, registraram o valor de R\$ 17,1 bilhões, sendo R\$ 6,3 bilhões em financiamentos e R\$ 10,8 bilhões em repasses. Essas

operações alcançaram, ao fim de 2009, o saldo de R\$ 8,3 bilhões, 51,9% maior do que no ano anterior.

Estados e Municípios

A Empresa apoia a melhoria da gestão pública e a realização de projetos de interesse governamental voltados à implementação de programas e sistemas de apoio à reestruturação, ao ajuste fiscal e à modernização da gestão nas administrações estaduais e municipais. A CAIXA é agente financeiro e co-executora do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, linha de financiamento instituída pelo Governo Federal com recursos originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que visa o aperfeiçoamento das administrações municipais. Em 2009 foram contratados R\$ 32,7 milhões.

Execução das Políticas Públicas

A Empresa administra, por delegação do Governo Federal, fundos e programas de interesse social, tais como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, o Programa Crédito Solidário – PCS e o Programa de Financiamento Estudantil – FIES, além do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH. A arrecadação total do FGTS, incluindo dos demais bancos, foi de R\$ 54,7 bilhões e foram efetuados saques no valor de R\$ 48,7 bilhões, por mais de 29 milhões de trabalhadores. Em 2009 foram efetuadas 268,3 mil renovações de contratos do FIES no valor de R\$ 711,1 milhões e concedidos 32,6 mil novos financiamentos estudantis e um desembolso da ordem de R\$ 866,6 milhões.

Transferências para a Saúde e Combate à Fome

A CAIXA atua na transferência de recursos vinculados aos programas dos Ministérios da Saúde – MS e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Em 2009, foram transferidos R\$ 4,4 bilhões para entidades públicas e privadas.

TRANSFERÊNCIAS PARA SAÚDE E COMBATE À FOME (VALORES EM R\$ MIL)

TRANSFERÊNCIAS	2008	2009
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO – PAA, INCENTIVO À PRODUÇÃO FAMILIAR DE LEITE – IPCL	83.385	137.264
CONVÊNIOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS E DA FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA	177.592	459.948
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS, MODALIDADE “FUNDO A FUNDO”	1.582.996	3.644.890
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR – FARPOP	83.483	138.290
TOTAL	1.927.457	4.380.392

Fonte: CAIXA

Programas de Transferências de Renda

Como agente operador dos programas de transferências de renda do Governo Federal, a CAIXA realizou 133,2 milhões de pagamentos de benefícios no ano. O volume de recursos distribuídos totalizou R\$ 12,5 bilhões, representando um incremento de 17,0% em relação ao mesmo período de 2008.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA - (QUANTIDADES EM MIL; VALORES EM R\$ MIL)

PROGRAMAS	2008		2009	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
AÇÃO GRIÔ	1	364	4	1.428
AGENTE JOVEM	75	4.844	0	21
AUXÍLIO GÁS	2.741	20.559	93	699
BOLSA ALIMENTAÇÃO	1	11	-	-
BOLSA ATLETA	25	25.037	34	34.392
BOLSA ESCOLA	18	268	1	14
BOLSA FAMÍLIA	126.424	10.319.898	128.202	11.511.614
CHAPÉU DE PALHA	79	12.632	134	29.694
DE VOLTA PARA CASA	36	9.161	40	12.799
ESCOLA DE FÁBRICA	20	3.053	-	-
FOME ZERO	208	10.415	133	6.659
GARANTIA SAFRA	1.124	123.602	1.202	132.257
MULHERES DA PAZ	-	-	31	5.900
PACTUAÇÃO*	934	42.562	N/I	N/I
PETI	631	29.321	479	21.135
PLANO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PESCADOR	20	7.548	-	-
PROJOVEM	432	43.227	4	414
PRO JOVEM URBANO	68	6.756	1.313	131.311
PRONASCI – BOLSA FORMAÇÃO	208	81.411	1.493	597.272
PROTEJO	-	-	44	4.433
TOTAL	133.045	10.740.669	133.207	12.490.042

Fonte: CAIXA

Benefícios ao Trabalhador

Em 2009, foram pagos 117,8 milhões de benefícios a título de Previdência Social, Abono Salarial, Seguro-Desemprego e PIS Quotas e Rendimentos, representando R\$ 65,8 bilhões.

BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR (QUANTIDADES EM MIL; VALORES EM R\$ MILHÕES)

PROGRAMAS	2008		2009	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.884	33.814	56.366	39.051
SEGURO-DESEMPREGO	28.023	14.481	32.990	19.213
PIS RENDIMENTOS	14.327	602	14.159	618
PIS QUOTAS	581	612	556	625
ABONO SALARIAL	12.661	5.131	13.739	6.250
TOTAL	109.476	54.640	117.810	65.757

Fonte: CAIXA

Loterias

As loterias CAIXA registraram arrecadação líquida de R\$ 7,4 bilhões. Somente com a Mega-Sena foram R\$ 3,5 bilhões. Do total arrecadado, R\$ 2,7 bilhões foram destinados ao Governo Federal e demais beneficiários legais para aplicação em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança, e R\$ 718,3 milhões foram repassados ao Governo Federal a título de Imposto de Renda. Os prêmios de todas as modalidades das loterias somaram R\$ 2,5 bilhões.

LOTÉRIAS (R\$ MILHÕES)

DESTINAÇÃO DAS LOTÉRIAS	2008	2009
MINISTÉRIO DO ESPORTE	217	308
ENTIDADES ESPORTIVAS	33	32
COB - COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO	93	120
CPB - COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO	16	21
FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES	401	518
FUNDO NACIONAL DA CULTURA	161	208
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN	172	221
FUNDO NACIONAL DA SAÚDE	2	2
SEGURIDADE SOCIAL	986	1.241
TESTES ESPECIAIS	1	1
IMPOSTO DE RENDA	623	718
TOTAL DO REPASSE	2.705	3.390
PRÊMIOS	1.921	2.550
CUSTEIO	1.109	1.420
TOTAL	5.735	7.360

Fonte: CAIXA

Gestão de Riscos Corporativos

A gestão do risco de crédito se concentrou na diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito mesmo com a expansão dos negócios, cujos resultados foram atingidos por meio do crescimento acima da média de mercado e da queda nos níveis de inadimplência e da conseqüente provisão para créditos de liquidação duvidosa. O rápido crescimento dos negócios aumentou a importância da administração ativa de capital para assegurar a sustentabilidade da Empresa. Em 2009, foi concluída nova captação de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 2,0 bilhões. O índice de Basiléia encerrou o ano com 17,5%, acima do nível mínimo exigido de 11%.

Programas e Ações – Participação no PPA 2008-2011

No Plano Plurianual 2008/2011 do Governo Federal, a CAIXA participa em diversos programas estratégicos. Além disso, gerencia o programa Banco para Todos, que integra as ações de bancarização e microcrédito dos bancos públicos federais, com vistas à inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários e à concessão de crédito ao microempreendedor para suprir suas necessidades de capital de giro ou aquisição de equipamentos.

Os recursos da CAIXA são considerados no orçamento do Plano como “Não-Orçamentários”, pois não compõem os orçamentos fiscal e da seguridade social. Em 2009, o Banco disponibilizou R\$ 13 bilhões para execução do

PPA, complementando o orçamento do Governo Federal e beneficiando 4,5 milhões de brasileiros.

A Instituição participa do PPA 2008-2011 com a execução de 20 ações, distribuídas em 11 programas estratégicos. A CAIXA executa sete ações que integram o orçamento de investimento federal. Essas ações estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio. Os recursos disponibilizados pela Instituição para execução dessas ações totalizaram R\$ 349,3 milhões, em 2009. Foram disponibilizados R\$ 5,7 bilhões em 185 mil operações para execução de três Ações nos Programas Desenvolvimento de Microempresas, Empresas de Pequeno e Médio Porte e Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora.

Por delegação do MF, a CAIXA também gerencia o Programa Banco para Todos, o qual integra as ações de bancarização e microcrédito do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, visando à inclusão bancária e à concessão de crédito à população de baixa renda.

Programas de Investimentos

A realização de Investimentos no Ativo Imobilizado totalizou R\$ 349,3 milhões, sendo R\$ 346,5 milhões para infra-estrutura de atendimento e R\$ 2,8 milhões para infra-estrutura de apoio administrativo:

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

PROJETOS/ATIVIDADES	REALIZADO			
	FÍSICAS		FINANCEIRAS	
	UNID.	%	R\$ (MIL)	%
3252 – INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIOS	47	39,8	2.826	6,2
4106 – MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	N/A	N/A	274.932	70,9
3286 – INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3	0,0	0	-
111U – INSTALAÇÃO DO COMPLEXO DATACENTER – CONSÓRCIO BB/CAIXA (DF)	10	0	0	-
4101 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	N/A	N/A	6.914	7,2
4102 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	N/A	N/A	14.979	32,4
4103 – MANUT. E ADEQ. DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	N/A	N/A	49.660	27,4

Fonte: Ministério do Planejamento (SIGPLAN)

N/A - Não se aplica

OUTRAS AÇÕES NO PPA (EXCLUINDO AS REFERENTES AO PROGRAMA BANCO PARA TODOS)

AÇÕES	REALIZADO			
	FÍSICAS		FINANCEIRAS	
	UNID.	%	R\$ (MIL)	%
9738 – FINANCIAMENTO AO CUSTEIO DOS HOSPITAIS PRIVADOS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (CAIXA HOSPITAIS)	321	80,3	834.506	194,1
9729 – PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL (CAIXA)	894	149,0	53.974	134,9
9719 – DIFUSÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM DESENVOLVIMENTO URBANO	510	121,4	4.857	121,4
9772 – FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (CAIXA-INVESTIMENTO)	20.294	31,2	1.349.190	124,9
9366 – FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (CAIXA-CAPITAL DE GIRO)	164.735	211,2	4.407.733	294,04
9846 - FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARA EXPORTAÇÃO	14	0,8	441	0,4
9517 - ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS (CONSTRUGIRO)	2.209	129,9	1.776.669	240,1
9516 - FINANCIAMENTO PARA COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (CONSTRUCARD)	297.601	984,8	3.030.518	551
9464 - INFORMAÇÃO SOBRE ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL	162.674	154,9	1.644	47,8
909U - CRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO A MICROEMPREENDEDORES POPULARES	1.020	14,7	9.934	110,3

Fonte: Ministério do Planejamento
N/I: Não Informado

Financiamento ao Custeio dos Hospitais Privados Prestadores de Serviços ao Sistema Único de Saúde (Caixa Hospitais)

O Banco contribui para suprir as necessidades imediatas de capital de giro dos hospitais filantrópicos, por meio da operação de crédito denominada Caixa Hospitais, cujo desempenho superou 94,1% da meta proposta no PPA em 2009. É uma concessão de crédito a hospitais privados filantrópicos na forma de antecipação de recursos a receber do Ministério da Saúde, referente aos serviços ambulatoriais e de internações hospitalares prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS. As entidades Privadas Filantrópicas ou não, que participam do Programa de Oncologia e Nefrologia do Ministério da Saúde, dispõem de linha de crédito exclusiva da CAIXA para a aquisição de peças de reposição e equipamentos novos específicos.

Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

No ano, foram investidos cerca de R\$ 54 milhões em 894 eventos relacionados aos programas culturais desenvolvidos pela Empresa, tais como: Programa de Adoção de Entidades Culturais; Programa de Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro; Programa de Apoio ao Artesanato Brasileiro; Programa de Apoio a Festivais de Teatro e Dança e Programa de Ocupação dos Espaços da CAIXA Cultural, realizados em espaços próprios e de terceiros.

Financiamentos a Micro e Pequenas Empresas

A Instituição contribui com a política do governo de expansão e acesso ao crédito por meio do financiamento

a micro, pequenas e médias empresas - MPE. Em 2009, as contratações destinadas ao capital de giro e às operações de investimento e exportações dessas empresas totalizaram R\$ 5,8 bilhões, um desempenho de 215% da meta financeira prevista, com cerca de 185 mil contratos.

Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construgiro)

Por meio do Construgiro, linha de crédito destinada a antecipar o fluxo de caixa das empresas privadas do ramo da construção civil, lastreada em recebíveis de sua propriedade, a CAIXA promove o desenvolvimento da indústria da Construção Civil, uma das maiores beneficiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal. Em 2009, foram realizados cerca de dois mil contratos, os quais totalizaram, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhão, o que representa 130% e 240% das metas físicas e financeiras previstas, respectivamente.

Informações sobre Índices da Construção Civil

Com essa ação a CAIXA auxilia na transparência das contratações de obras na Administração Pública brasileira. O desempenho da ação foi de, aproximadamente, 163 mil boletins emitidos com investimentos de R\$ 1,6 milhão.

Programa Banco para Todos

Programa do PPA, sob a gestão da CAIXA, que visa articular as ações dos bancos federais que possibilitam o acesso da população de baixa renda a produtos e serviços financeiros. O Banco para Todos conta com a participação do Banco da Amazônia, Banco do Brasil e do Banco do Nordeste.

AÇÃO	REALIZADO			
	FÍSICO		FINANCEIRO	
	UNIDADES	%	R\$ (Mil)	%
9757 - CONTA SIMPLIFICADA	1.403.238	37,7	12.928	121,3
BANCO DA AMAZÔNIA	3.966	99,9	N/A	N/A
BNB - NORDESTE	130.830	60,3	392	60,3
BNB - NORTE DE MINAS	2.473	82,4	7	82,4
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.252.801	125,3	12.528	125,3
BANCO DO BRASIL	13.168	0,5	N/A	N/A

AÇÃO	REALIZADO			
	FÍSICO		FINANCEIRO	
	UNIDADES	%	R\$ (Mil)	%
9758 - CONCESSÃO DE CRÉDITO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	716.111	149,9	209.759	136,1
BANCO DA AMAZÔNIA	2.030	12,1	1.195	12,7
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	614.060	428,4	186.107	649,3
BANCO DO BRASIL	100.021	31,5	22.456	19,36
9A04 - MICROPENHOR (CAIXA ECONOMICA FEDERAL)	2.820.177	91,3	996.711	138,4
9A85 - CONSÓRCIO DE ELETROELETRÔNICOS E DEMAIS BENS DURÁVEIS (BANCO DO BRASIL)	2.207	61,3	N/A	N/A
9A91 - CRÉDITO FACILITADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS (BANCO DO BRASIL)	806.618	111,2	2.052.276	154,2
9B07 - PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA (BANCO DO BRASIL)	199.790	117,5	N/A	N/A
90CE - SEGURO DE VIDA PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA (BANCO DO BRASIL)	191.950	446,4	N/A	N/A
TOTAL DO PROGRAMA	6.140.091	74,6	3.271.674	147,7

Fonte: Ministério do Planejamento

Em 2009 foram abertas 1,4 milhão de contas simplificadas, o que possibilitou a inclusão de seus titulares no sistema bancário. O desempenho está dentro de uma perspectiva de ampliação contínua do acesso ao crédito bancário e comercial por pessoas de baixa renda. A ação de Concessão de Crédito à População de Baixa Renda alcançou desempenho financeiro de R\$ 209,8 milhões de empréstimos em 716,1 mil contratações. Os resultados superaram a expectativa das metas iniciais devido à alteração/otimização de produtos de crédito para baixa renda e pela qualificação da carteira, iniciativas que apresentaram reflexos positivos na redução dos índices de inadimplência, contribuindo para a melhoria da qualidade do crédito.

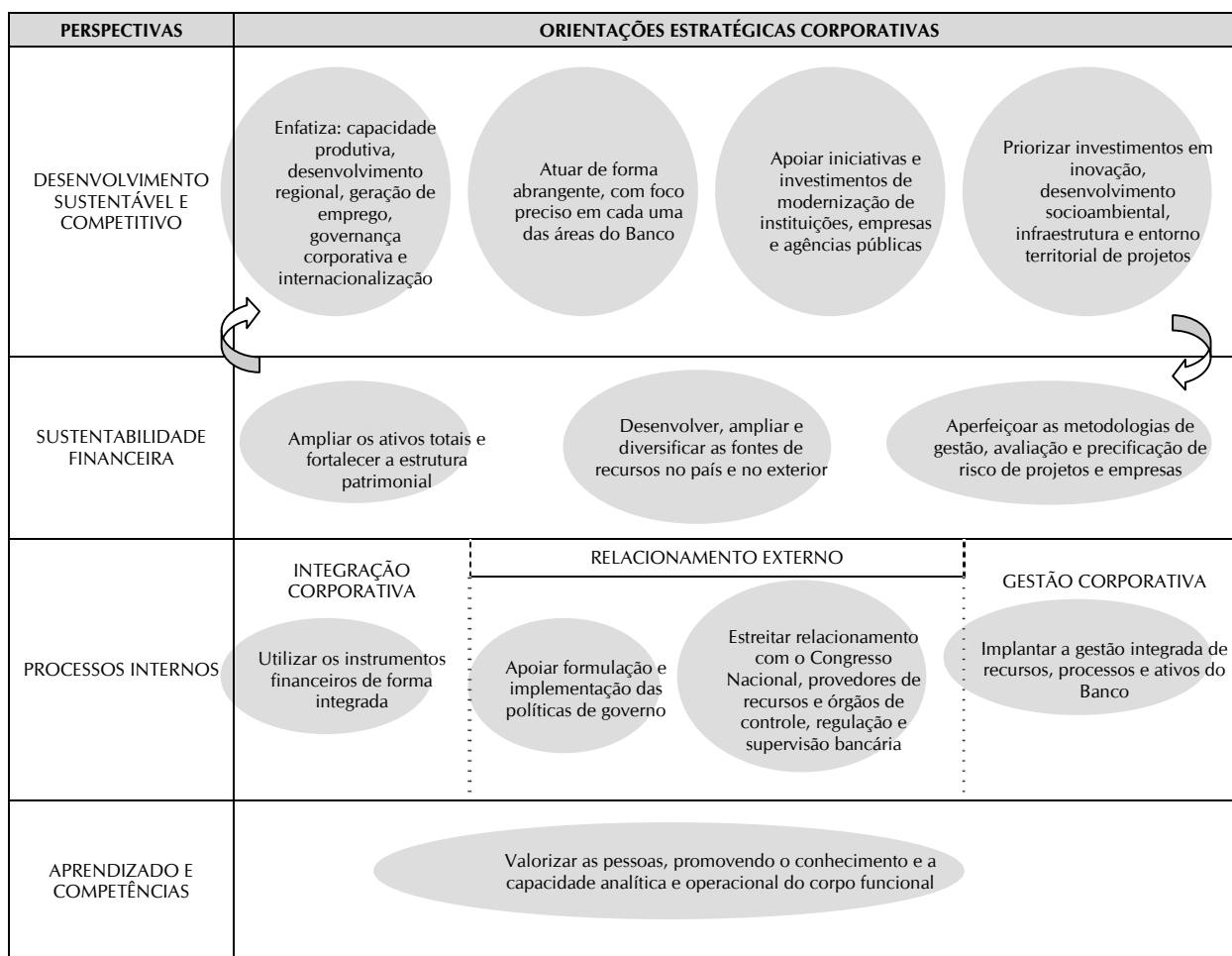
O Micropenhor, forma de crédito não orientado, caracterizado pela praticidade e taxas acessíveis e voltado para o consumo e fomento ao mercado, que é realizado com exclusividade pela CAIXA, concedeu, aproximadamente, R\$ 1,0 bilhão, a 2,8 milhões de contratos, o que corresponde a 138,4% e 91,3% das metas financeira e física, respectivamente. Em 2009, por meio do Crédito Facilitado para Aposentados e Pensionistas do INSS, foram movimentados recursos no valor de R\$ 2,1 bilhões, atendendo a mais de 806 mil brasileiros. A ação tem por objetivo disponibilizar recursos aos aposentados e pensionistas do INSS, com desconto das parcelas feito diretamente em seus proventos.

3.6.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Estratégias de Atuação

Tendo passado o ano de 2008 estruturando seu Planejamento Corporativo 2009-2014, o BNDES desenvolveu e implementou (com base na metodologia *Balanced Scorecard*, e, contando com metodologia, equipe e recursos internos), no decorrer do ano de 2009, um Sistema de Gestão da Estratégia – SGE, que tem como um de seus elementos constitutivos o Mapa Estratégico Corporativo, no qual seus objetivos estratégicos estão distribuídos em quatro perspectivas: Desenvolvimento Sustentável e Competitivo; Sustentabilidade Financeira; Processos Internos; e Aprendizado e Competências.

Com vistas a garantir um efetivo alinhamento deste Mapa Estratégico Corporativo às suas práticas, a perspectiva de “Processos Internos” foi subdividida em três temas: “Integração Corporativa”, “Relacionamento com Stakeholders” e “Gestão Corporativa”, conforme apresentado a seguir:



Demonstrativos de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social

As tabelas a seguir trazem as contratações, os desembolsos e os saldos a liberar das operações do BNDES em 2009.

Contratações

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura	92.973.000	6.974.000	31.987.963	-	1.500.000	133.434.963
indústria	2.407.396.346	13.927.859.615	24.342.560.393	1.902.803.443	2.702.371.806	45.282.991.603
comércio		59.574.224	1.229.492.922	30.812.925	7.141.000	1.327.021.071
outros serviços	7.962.914.668	7.513.489.037	23.004.864.134	2.780.514.800	3.854.131.949	45.115.914.589
indireto	8.929.069.228	5.301.865.611	34.529.457.027	18.700.459.052	5.051.772.285	72.512.623.203
Total	19.392.353.243	26.809.762.487	83.138.362.438	23.414.590.220	11.616.917.040	164.371.985.429

Liberações

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura	99.988.172	57.084.232	135.304.500	10.716.667	9.188.959	312.282.530
indústria	1.749.790.340	12.095.349.962	22.353.689.313	1.573.596.856	3.826.380.244	41.598.806.716
comércio		78.408.111	1.246.000.826	18.704.912	57.393.984	1.400.507.832
outros serviços	4.915.539.182	5.570.291.681	19.505.042.728	2.671.922.152	2.226.097.861	34.888.893.604
indireto	4.448.177.073	4.266.158.524	28.420.339.009	16.402.190.810	4.618.999.012	58.155.864.428
Total	11.213.494.767	22.067.292.510	71.660.376.376	20.677.131.396	10.738.060.061	136.356.355.110

Saldo a Liberar de Operações Contratadas

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Inter-estadual	Brasil
agricultura	3.551.205		48.246.176	8.588.464	5.001.800	2.178.185	67.565.831
indústria	1.486.776.810	3.302.340.867	7.802.738.294	1.363.095.993	1.603.011.113	6.504.859.076	22.062.822.153
comércio		256	159.087.215	3.899.859		592.331.130	755.574.215
outros serviços	6.112.308.693	3.648.237.447	16.842.369.575	2.868.512.046	1.988.578.750	5.283.917.865	36.743.924.376
indireto	5.055.669.939	1.505.701.395	9.162.108.750	4.408.746.845	1.447.868.889	141.820.042	21.721.915.859
Total	12.658.306.647	8.456.535.719	34.014.550.010	8.652.843.207	5.044.460.552	12.525.106.299	81.351.802.434

As tabelas a seguir trazem a variação do Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (exceto operações com ações e operações estritamente financeiras, por exemplo):

Saldo de Carteira 2008

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	2.998.668.512	234.496.218	1.091.864.465	68.557.247	433.654.713	271.303.267	5.098.544.422
indústria	1.388.671.776	9.419.052.285	58.541.651.185	9.230.587.176	2.779.062.018	2.677.421.897	84.036.446.337
comércio	63.327.945	1.132.625.537	1.477.510.393	419.972.527	692.083.403	1.100.059.985	4.885.579.791
outros serviços	26.455.653.967	19.930.410.089	49.388.400.567	16.308.924.263	16.350.514.075	4.148.225.756	132.582.128.717
indireto	4.414.340.108	12.155.265.824	49.689.910.148	42.073.929.734	15.447.195.686	1.158.340.563	124.938.982.063
Total	35.320.662.308	42.871.849.953	160.189.336.758	68.101.970.947	35.702.509.895	9.355.351.469	351.541.681.330

Saldo de Carteira 2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	3.536.101.131	237.096.435	1.182.660.510	71.350.646	452.016.096	416.057.966	5.895.282.784
indústria	2.503.902.384	19.910.447.424	51.497.428.301	7.972.787.582	6.656.562.417	12.168.672.444	100.709.800.552
comércio	39.702.661	711.375.600	1.934.828.718	208.368.280	284.277.030	1.319.170.428	4.497.722.717
outros serviços	34.591.132.985	28.779.503.350	58.687.085.912	18.017.936.345	18.785.757.096	11.720.938.146	170.582.353.833
indireto	7.944.287.403	14.309.587.030	58.691.009.750	52.227.878.516	18.941.145.174	1.217.668.686	153.331.576.560
Total	48.615.126.564	63.948.009.840	171.993.013.191	78.498.321.369	45.119.757.812	26.842.507.670	435.016.736.446

Variação de Carteira 2008/2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	537.432.619	2.600.217	90.796.045	2.793.399	18.361.383	144.754.699	796.738.362
indústria	1.115.230.608	10.491.395.140	(7.044.222.884)	(1.257.799.595)	3.877.500.398	9.491.250.546	16.673.354.214
comércio	(23.625.285)	(421.249.937)	457.318.325	(211.604.247)	(407.806.373)	219.110.443	(387.857.074)
outros serviços	8.135.479.017	8.849.093.261	9.298.685.345	1.709.012.082	2.435.243.021	7.572.712.390	38.000.225.116
indireto	3.529.947.296	2.154.321.206	9.001.099.602	10.153.948.783	3.493.949.488	59.328.122	28.392.594.497
Total	13.294.464.256	21.076.159.887	11.803.676.433	10.396.350.422	9.417.247.917	17.487.156.200	83.475.055.116

As tabelas a seguir trazem os fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (exceto operações com ações e operações estritamente financeiras, por exemplo):

Amortização 2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	1.337.155	23.454.694	14.150.675	6.652.891	9.632.546	16.309.998	71.537.959
indústria	172.244.568	1.141.775.918	4.954.431.144	751.651.356	370.150.875	663.522.609	8.053.776.469
comércio		23.095.297	74.542.801	13.914.974	2.958.847	349.459.085	463.971.004
outros serviços	463.930.565	385.594.323	3.390.251.127	911.279.397	1.004.590.946	717.485.050	6.873.131.407
indireto	1.095.563.096	2.517.589.368	19.495.396.719	8.305.801.577	2.189.699.809	178.510.880	33.782.561.448
Total	1.733.075.384	4.091.509.600	27.928.772.466	9.989.300.194	3.577.033.022	1.925.287.621	49.244.978.288

Juros 2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	7.413.808	2.869.705	9.860.571	4.818.891	14.783.101	28.743.020	68.489.095
indústria	65.908.353	566.747.207	2.060.853.881	426.029.667	330.519.733	394.645.032	3.844.703.873
comércio		8.199.379	47.264.606	1.600.126	1.919.879	107.909.728	166.893.719
outros serviços	347.663.210	309.401.512	2.203.338.286	554.262.121	607.100.692	839.994.049	4.861.759.869
indireto	261.281.315	540.466.423	3.409.262.071	1.609.687.949	678.022.323	95.562.005	6.594.282.086
Total	682.266.686	1.427.684.226	7.730.579.415	2.596.398.754	1.632.345.727	1.466.853.834	15.536.128.642

Outros Eventos 2009 (multas, juros de mora etc.)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	14.030	2.729	17.760	5.690	27.533	62.811	130.553
indústria	176.862	4.334.068	5.682.405	3.534.287	739.118	696.727	15.163.467
comércio		15.866	23.956			43.558	83.380
outros serviços	163.966	316.691	7.867.505	4.274.594	306.373	1.965.752	14.894.882
indireto	1.549.627	2.040.959	6.736.483	7.285.103	4.455.636	182.396	22.250.204
Total	1.904.485	6.710.314	20.328.109	15.099.674	5.528.661	2.951.244	52.522.486

Avaliação do Impacto Fiscal das Atividades Executadas no Exercício de 2009.

Com o intuito de permitir a comparação dos dados apresentados a seguir com o relatório emitido em 2009, referente ao impacto fiscal das atividades do BNDES em 2008, foram mantidos os mesmos preceitos e a mesma estrutura de apresentação utilizada naquela oportunidade, sintetizados a seguir:

- Os valores especificados correspondentes às atividades do Sistema BNDES no exercício de 2009 foram extraídos da contabilidade do Banco.
- Conforme procedimento observado nas diferentes metodologias para mensuração das contas públicas, adotado pelo País e recomendado por organismos internacionais, como a ONU, o FMI e a OCDE, as agências oficiais de fomento são tratadas de forma análoga às instituições do setor privado, não integrando a contabilidade pública nas contas nacionais. Assim, a avaliação identificou todas as transações consideradas de natureza fiscal realizadas em 2009 entre o BNDES e o setor público não-financeiro brasileiro, incluindo receitas, despesas ou posições patrimoniais, não apenas em relação ao Tesouro Nacional, como também:
- todos os demais entes da administração federal autárquica, fundacional, fundos e mesmo empresas estatais não-financeiras; e
- mesmo universo institucional das administrações públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- Foram consideradas as transações tipicamente fiscais, que afetam diretamente o resultado da administração pública, especialmente as que envolvem fluxos registrados nos orçamentos. Assim, foram identificadas as transações do BNDES que: a) geram receitas para o setor público, como o recolhimento de tributos, juros, lucros e dividendos e mesmo a concessão de empréstimos e financiamentos a governos; e b) compreendam a realização de despesas pelas administrações públicas, como a concessão de empréstimos do Tesouro ao BNDES, as subscrições para aumento de seu capital e o próprio serviço da dívida assumida anteriormente por entes estatais junto ao Banco.

Pela ótica da apuração da dívida líquida do setor público e mensuração do resultado de um período a partir da variação desse saldo devedor (apuração “abaixo da linha”), identificou-se as posições patrimoniais e suas alterações anuais, ou seja: a) no ativo, o saldo credor do BNDES junto às entidades das administrações públicas

federal, estadual e municipal (como o saldo credor decorrente de financiamentos concedidos ou da aquisição de debêntures e outros títulos); e, b) no passivo, o montante da dívida do BNDES junto às mesmas entidades (por exemplo, relativa a recursos captados pelo Banco junto a fundos federais).

As aplicações das disponibilidades de caixa do Sistema BNDES em títulos públicos federais não são tratadas como se tivessem impacto fiscal direto, pois são operações eminentemente financeiras de preservação da liquidez da instituição a curto prazo.

Reiteramos o registro constante nas avaliações relativas a anos anteriores de que outras atividades do BNDES que não envolvem transações financeiras diretas com as administrações têm um impacto fiscal indireto, como nos casos de uma eventual atuação do Banco como agente executor de política nacional de desestatização, no apoio à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na administração de fundos federais e mesmo na realização de operações no mercado de capitais, atividades que, em última instância, contribuem para a melhoria das contas públicas.

Seguindo aqueles preceitos, foram extraídos dados da contabilidade do BNDES que implicam em um impacto objetivo e direto sobre os resultados das administrações públicas brasileiras. O levantamento compreende as maiores transações. Não estão incluídas determinadas operações de pequeno valor, como por exemplo, no caso dos tributos, o pagamento dos impostos sobre propriedades, das taxas pela prestação de serviços (coleta de lixo, incêndio...), ou de impostos sobre eventuais transmissões imobiliárias.

São apresentados em primeiro lugar os montantes dos fluxos (transações “acima da linha”), e, depois, comentadas as variações dos estoques patrimoniais (apuração “abaixo da linha”).

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas, o Tesouro Nacional recebeu, naturalmente, os maiores pagamentos realizados pelo Sistema BNDES no exercício de 2009, sendo cerca de R\$ 1.989 milhão em receitas tributárias, considerados os recolhimentos de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (COFINS e PASEP) e lucro (CSLL) E CPMF. A título de dividendos e juros sobre o capital próprio, ingressaram nos cofres do Tesouro cerca de R\$ 10.950 milhões, incluindo a antecipação de resultados de exercícios futuros no valor de R\$ 1.174 milhões. Assim, nestas duas categorias, o BNDES respondeu pelo aporte de R\$ 12.939 milhões no caixa do

Tesouro Nacional em 2009. Houve aumento em relação ao ano de 2008 de, aproximadamente, 82 % (R\$ 6.017 milhões em 2008).

Ainda quanto aos recolhimentos tributários, o Sistema BNDES aportou ao INSS cerca de R\$ 5.661 milhões como contribuições dos empregadores sobre a folha salarial. Não foram consideradas as contribuições previdenciárias descontadas dos funcionários, assim como o IR também retido na fonte da folha salarial. Em favor do nível municipal de governo, o recolhimento foi de R\$ 4.821 mil referente ao imposto sobre serviços (ISS).

Em resumo, no cômputo global, o BNDES respondeu diretamente pelo pagamento de R\$ 12.950 milhões às administrações públicas diretas brasileiras, como receitas tributárias e patrimoniais.

As transações financeiras do BNDES envolvendo fundos federais, cujos fluxos são computados como “abaixo da linha” nas apurações dos resultados fiscais, continuam se apresentando como muito expressivas.

Com relação ao FAT, a movimentação financeira no exercício de 2009 envolveu, por um lado, o pagamento pelo BNDES ao FAT de um montante de R\$ 8.953 milhões, e, por outro, o recebimento de cerca de R\$ 10.130 milhões.

Conforme já salientado nas avaliações relativas a exercícios anteriores, os recursos aportados pelo FAT ao BNDES representam a concessão de créditos e são escriturados como inversões financeiras. Não constituem, portanto, uma despesa fiscal tradicional, a fundo perdido. Isso significa que todo e qualquer recurso repassado pelo FAT ao Banco constitui um crédito do governo federal e, como tal, esse aporte tem um impacto superavitário sobre as contas públicas. Como parcela substancial desses recursos não é aplicada pelo BNDES em empréstimos ou financiamentos a outros governos ou entes do setor público, o crédito do FAT, por seu volume expressivo, tem um impacto direto e positivo em termos de geração de superávit para todo o setor público brasileiro.

Quanto aos outros fundos federais administrados pelo BNDES: o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND não direcionou recursos ao BNDES no ano de 2009, entretanto, foram realizados pagamentos do Banco a esse fundo no montante de R\$ 4.150 milhões; o Fundo da Marinha Mercante – FMM transferiu R\$ 1.868 milhões para o BNDES e dele recebeu cerca de R\$ 419 milhões; e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC aportou cerca de R\$ 785 mil; o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, por sua vez, direcionou R\$ 770 mil para o BNDES.

Em resumo, o total de créditos do FAT, FGE, FGPC e FMM contra o BNDES, considerados como redutores da dívida líquida federal e do consolidado do setor público, somaram R\$ 11.997 milhões, significando contribuição para a redução da dívida pública líquida e para a geração de superávits nas contas estatais.

Quanto ao PIS-PASEP, um fundo de natureza social pertencente à coletividade dos trabalhadores brasileiros, embora seu capital não pertença à União (e, como tal, não integre o orçamento federal), cumpre registrar que, no exercício de 2009, os pagamentos do BNDES para o referido fundo foram de cerca de R\$ 1.440 milhões, aproximadamente 16,1 % dos pagamentos efetuados ao FAT. Deste fundo foram aportados recursos ao BNDES no valor de apenas, R\$ 6.963 mil.

Em termos de balanço de ações sociais, os pagamentos efetuados pelo BNDES ao FAT e ao PIS/PASEP, somando mais de R\$ 10.393 milhões, constituíram importante fonte para o financiamento das ações daqueles fundos, na concessão de benefícios diretos aos trabalhadores, na forma de seguro-desemprego, abono salarial e saque de cotas, e através dos programas de treinamento de mão-de-obra.

Finalmente, com respeito aos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor público não-financeiro no exercício de 2009, o BNDES liberou um montante de R\$ 30.220 milhões em favor das administrações públicas e recebeu como amortizações de seus créditos R\$ 1.192 milhões. Em termos de estoque, houve um aumento na dívida da administração pública junto ao BNDES de um saldo devedor contábil de cerca de R\$ 9.589 milhões em 31.12.2008 para R\$ 37.153 milhões ao final de 2009.

O expressivo aumento do saldo das operações de crédito entre o BNDES e o setor público não-financeiro decorreu das condições especiais que os efeitos da crise financeira internacional impuseram sobre a economia brasileira.

Devido à retração dos mercados de crédito e de capitais, tanto interno quanto internacional, ao longo de 2009, o BNDES, exercendo seu papel de banco de desenvolvimento, agiu no sentido de evitar o aprofundamento da crise sobre o investimento. Observou-se, portanto, um aumento expressivo nos desembolsos do Banco tanto para empresas privadas quanto para empresas estatais.

Dentre diversas ações orientadas a fornecer recursos para que empresas estatais não comprometessem seus investimentos, essenciais ao bom funcionamento da economia, destaca-se a concessão de uma linha de crédito especial ao grupo Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, no valor total de R\$ 25.000 milhões. Essa operação correspondeu a 82,8% das liberações registradas no CADIP.

Ademais, durante o exercício de 2009, foi realizado empréstimo do Tesouro Nacional ao BNDES no montante de R\$ 105.000 milhões, tornando possível a execução do orçamento de financiamentos para o exercício.

Esses recursos ingressaram no BNDES sob a forma de títulos públicos, implicando na aquisição de um ativo pelo Tesouro Nacional (crédito junto ao BNDES) na medida em que os emitia. Dessa forma, para fins de apuração do resultado do setor público não-financeiro, tal empréstimo não resultou em qualquer impacto sobre seu endividamento líquido.

Em virtude de aspectos circunstanciais concernentes ao ano de 2009, as atividades do BNDES tiveram impacto fiscal negativo durante esse exercício, elevando o endividamento público em R\$ 17.576 milhões ou 0,57% do PIB.

Tal fato decorreu, basicamente, das operações especiais de financiamento a entes estatais. Excluído o aumento expressivo de R\$ 27.562 milhões registrado nas operações de crédito junto ao setor público não-financeiro, o resultado das demais transações gerou impacto fiscal positivo no valor de R\$ 9.988 milhões, cerca de 0,33 % do PIB. São apresentadas, a seguir, tabelas que resumem os números evidenciados acima.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM OS TESOUREOS PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DE 2009

PRINCIPAIS PAGAMENTOS (*)	R\$ MIL
Ao Tesouro Nacional (impostos e contrib.)	1,989,025
Imposto de Renda	1,028,941
Contribuição s/ Lucro Líquido	463,596
PASEP	71,918
COFINS	398,278
IOF	25,439
CIDE	853
Ao TN (dividendos e juros s / capital próprio)	10,950,147
À Previdência Social (contrib. patron. INSS)	5,661
Ao Tesouro Municipal (RJ) – ISS	4,821
Total recolhido às Adm. Diretas	12,949,654

Fonte: BNDES / * Não foram computados os recolhimentos de taxas e outros impostos de pequeno valor, bem como as retenções na fonte efetuadas por terceiros. Os impostos retidos sobre os rendimentos das empresas do Sistema BNDES são considerados como pagos no momento de sua compensação.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM FUNDOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2009

FUNDOS	RECEBIMENTOS (R\$ MIL) ¹	PAGAMENTOS (R\$ MIL) ²	LÍQUIDO (R\$ MIL)
Fundo De Amparo Ao Trabalhador – FAT	10.129.917	8.953.143	1.176.774
Fundo Nacional De Desenvolvimento – FND		4.150.442	(4.150.442)
Fundo De Garantia À Exportação – FGE	770		770
Fundo Para O Desenvolvimento Regional		4.059	(4.059)
Fundo Da Marinha Mercante – FMM	1.866.784	419.409	1.447.375
Fundo Garantia P/ Promoção Da Competitividade – FGPC	785		785
Fundo PIS/PASEP	6.963	1.440.000	(1.433.037)

Fonte: BNDES

¹ FAT: transferência de recursos constitucionais e depósitos especiais; FND: empréstimos; FGE: indenizações e PIS-PASEP: comissões sobre recursos transferidos ao BNDES até 1982;

² FAT: pagamento de juros sobre recursos constitucionais, pagamentos de amortização e juros sobre depósitos especiais e pagamento de dívidas relativas aos programas PROEMPREGO I e II; FND: pagamentos de amortização e juros sobre empréstimos contratados; PIS-PASEP: devolução de recursos ao Fundo para pagamento de rendimentos e saques dos participantes.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES COM O SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2009

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL
1) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2008 (REGISTRADO NO CADIP)	9.589.303
2) MOVIMENTAÇÕES REGISTRADAS DURANTE O ANO DE 2009	27.563.462
1 (+) LIBERAÇÕES	30.219.814
2 (-) AMORTIZAÇÕES	1.191.851
3 (-) DEVOLUÇÕES DE LIBERAÇÃO	98.919
4 (+) JUROS PROVISIONADOS	1.890.539
5 (-) JUROS COMPENSATÓRIOS	1.016.334
6 (+) OUTROS	(2.338.607)
3) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2009 (REGISTRADO NO CADIP)	37.152.765

Fonte: BNDES

Captação de Recursos Externos: Ingressos Oriundos de Organismos Internacionais

Em 2009, o ingresso de recursos tendo como origem organismos multilaterais e agências governamentais totalizou US\$ 1.329,2 milhões. Desse montante foram captados: US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 250 milhões junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e US\$ 79,3 milhões junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Em sua atuação junto a organismos internacionais, destaca-se o relacionamento entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cuja parceria se iniciou em dezembro de 1964.

Como resultado dessa parceria, em 2004 o BID aprovou a concessão, em favor do BNDES, de uma Linha de Crédito Condicional destinada à execução de 3 (três) programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME).

O Primeiro Convênio de Linha de Crédito Condicional (Primeiro CCLIP), celebrado entre o BNDES e o BID em 12/08/2005, apresenta as seguintes características:

- Valor do Empréstimo (BID): US\$ 3 bilhões
- Contrapartida Financeira: US\$ 3 bilhões
- Implementação em 3 fases subseqüentes, cada uma correspondendo a um novo programa e a um novo contrato de empréstimo de até US\$ 1 bilhão, a ser firmado entre o BNDES e o BID.

Nesse sentido, no âmbito do Primeiro CCLIP, foram celebrados três Contratos de Empréstimos Individuais nº 1608/OC-BR, nº 1860/OC-BR e nº 2023/OC-BR. Para este, o último desembolso ocorreu em 29 de julho de 2009. Os resultados alcançados ao longo de 2009 em função do 3º Programa do Convênio são apresentados a seguir.

Contrato de Empréstimo BID 2023/OC-BR – 3º Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas no Âmbito do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)

Em 19/03/2009, foi formalizada a terceira operação de financiamento no âmbito da Linha CCLIP, por intermédio do Contrato de Empréstimo Individual nº 2023/OC-BR, objetivando a execução do 3º Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, a saber:

- Valor do empréstimo (BID): US\$ 1 bilhão
- Contrapartida Financeira: US\$ 1 bilhão
- Desembolso: 4 anos
- Amortização: 20 anos

Em relação a este Contrato, foram realizados 2 (dois) desembolsos do BID ao BNDES, a saber: o primeiro, de US\$ 700 milhões, em 28/04/2009 e o segundo e último, de US\$ 300 milhões, em 29/07/2009. Assim, foram aplicados no Programa US\$ 2.014 milhões, sendo US\$ 1.885 milhões financiados (94%) – US\$ 1 bilhão em recursos do BID e US\$ 885 milhões do BNDES – e US\$ 129 milhões (6%) com recursos próprios das empresas, como segue:

PORTE	Nº DE OPERAÇÃO	%	APLICAÇÃO TOTAL (US\$ MILHÃO)	%	FINANCIAMENTO (US\$ MILHÃO)	%	FINANCIAMENTO MÉDIO (US\$)
MICRO	11.176	45,3%	730,4	36,3%	673,2	35,7%	60.232
PEQUENA	10.352	42,0%	936,4	46,5%	879,3	46,6%	84.938
MÉDIA	3.133	12,7%	347,3	17,2%	332,9	17,7%	106.244
TOTAL	24.661	100,0%	2.014,1	100,0%	1.885,3	100,0%	76.448

Registre-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste responderam por 34% dos desembolsos. Em termos setoriais, foi mantida a predominância do Setor de Serviços, com a Atividade “Transporte, Armazenagem e Comunicações” respondendo por 70% dos desembolsos.

Japan Bank for International Cooperation (JBIC)

O BNDES assinou, em 25/12/2008, um Contrato de Empréstimo com o Japan Bank for International Cooperation, no valor de US\$ 250 milhões, com o objetivo de financiar projetos de interesse mútuo Brasil – Japão que promovessem o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, atendendo a, pelo menos um, dos critérios de elegibilidade a seguir:

- Projetos de infra-estrutura no Brasil que promovessem a competitividade internacional das empresas japonesas e que contribuíssem para o fortalecimento

dos relacionamentos entre empresas brasileiras e japonesas; e

- Projetos de infra-estrutura no Brasil que propiciassem o fortalecimento das exportações brasileiras para o Japão, particularmente no que tange ao fornecimento estável de recursos naturais, tema considerado estratégico para aquele país.

O relacionamento entre o BNDES e o JBIC se iniciou em 1962 com a assinatura do primeiro contrato de empréstimo com The Export-Import Bank of Japan – JEXIM, antecessor do JBIC. Desde então foram assinados 13 contratos (incluindo o contrato em referência). Ao longo desses mais de 40 anos, o BNDES e o JBIC têm buscado permanentemente desenvolver atividades com o propósito de estreitar seu relacionamento institucional. O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o JBIC possui as seguintes características:

- Valor do empréstimo (JBIC): US\$ 250 milhões

- Prazo para Utilização: 3 anos
- Prazo Total do Empréstimo: 15 anos

No âmbito desse Contrato, foi realizado um desembolso único, do JBIC ao BNDES, em 27/03/2009, no valor total do financiamento, de US\$ 250 milhões.

Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)

Em 26/03/2009, o BNDES assinou contrato de empréstimo com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no montante de US\$ 135,6 milhões (equivalente a EUR 100 milhões, à taxa de câmbio na data da contratação). O objetivo deste empréstimo é apoiar investimentos em projetos de implantação de usinas eólio-elétricas (UEE) no Brasil realizados por empresas privadas brasileiras.

O Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) é um banco controlado 80% pela República Federal da Alemanha e 20% por seus estados federados. É parceiro do BNDES desde a década de 60 e, desde então, foram contratadas 11 operações de empréstimo, incluindo a operação em referência. Ressalte-se que esta operação está inserida em um contexto de cooperação entre os Governos do Brasil e da Alemanha, no setor energético, conforme Acordo celebrado entre os 2 países, em 14/05/2008. O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o KfW possui as seguintes características:

- Valor do empréstimo: US\$ 135,6 milhões
- Prazo para Utilização: até 31/12/2010, ou 21 meses, contados da data da assinatura
- Prazo Total do Empréstimo: 12 anos

No âmbito desse Contrato, o primeiro desembolso foi realizado em 24/06/2009, no valor de US\$ 79,3 milhões, permanecendo um saldo a desembolsar de US\$ 56,3 milhões.

3.6.4. Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB

Estratégias de Atuação

Em 2009, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), como banco público e orientado pelas diretrizes do governo federal, desempenhou importante papel no combate à crise financeira internacional. Enquanto o estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional cresceu 22,3% – de setembro de 2008, início da crise, a dezembro de 2009 – o do BNB cresceu 35,9%.

No ano, o BNB contratou mais de 2 milhões de operações com valor global de R\$ 20,8 bilhões, um crescimento de 51% no valor em relação ao ano de 2008. Nesse sentido, destacam-se os financiamentos de longo prazo – inerentes aos bancos de desenvolvimento – que somaram R\$ 11,4 bilhões, 26% a mais que no ano anterior. É importante mencionar o crescimento de 68,8% nas operações de curto prazo, o que equivale a um valor contratado de R\$ 7,2 bilhões com operações de capital de giro, crédito direto ao consumidor, entre outras. No âmbito do mercado de capitais, o Banco distribuiu suas contratações em operações no valor total de R\$ 2,3 bilhões, que reflete um crescimento de 342%

em relação a 2008, com debêntures, fundos de investimentos em direitos creditórios e notas promissórias comerciais. O volume contratado somente foi atendido graças à contratação de Instrumento de Dívida Subordinada, autorizado em 2009 pelo Banco Central (BACEN), no valor de R\$ 600 milhões com o FNE, utilizado como Patrimônio de Referência Nível II, o que permitiu elevar o índice de Basileia cujo valor já se encontrava próximo do limite mínimo permitido.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* do Banco, foi responsável pela contratação de 380,4 mil operações, cujo valor total de R\$ 9,1 bilhões representa 19,1% de crescimento em relação ao último exercício.

A microfinança urbana, por meio do programa Crediamigo, mais uma vez figura entre os destaques do BNB em 2009, visto que o valor de R\$ 1,5 bilhão, emprestado pelo programa em toda sua área de atuação, superou em 37,9% aquele assinalado em 2008. As micro e pequenas empresas (MPEs) contrataram R\$ 1,8 bilhão em financiamentos com crescimento de 40,4%.

Por sua vez, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) aplicou R\$ 890,1 milhões, sendo que deste valor o volume de R\$ 443,5 milhões foi contratado no Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), que vem de forma gradual substituindo o PRONAF B com nova metodologia exitosa. Com esses números, observa-se, em 2009, um crescimento de 20,3% no PRONAF e de 75,1% no Agroamigo em comparação com os valores de 2008.

Outras ações colaboraram para o desempenho do BNB no ano, notadamente os investimentos em projetos-chave de infra-estrutura para a Região, como os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Transnordestina e Parcerias Público-Privadas, assim como os financiamentos ao comércio exterior que durante o ano de 2009 atingiram o montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, atendendo às carências de crédito decorrentes da crise, representando crescimento de 83,4% em relação a 2008.

Toda essa gama de ações e resultados coloca o BNB como um importante parceiro do governo federal no desenvolvimento da economia nordestina e atesta o compromisso da Instituição na retomada do crescimento econômico do país ainda neste ano bem como nos próximos.

Integração às Políticas Públicas

O BNB vem ampliando a integração da sua política de financiamento da atividade produtiva e de investimentos em infra-estrutura às políticas públicas voltadas à melhoria dos indicadores socioeconômicos, culturais e ambientais, destacando as seguintes ações:

a) **Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal** – Em 2009, com a ampliação do Programa, o Banco passou a contar com 65 dos 120 territórios que compõem a sua área de atuação, onde se inserem 1.076

municípios, sendo 651 deles pertencentes ao semi-árido nordestino. Contando com 3 (três) ações na Matriz do Programa em 2009, o BNB figura como um importante parceiro nas principais políticas do Programa, a exemplo da Agricultura Familiar, do Crédito Fundiário, da Organização Sustentável da Produção, do Microcrédito e de apoio à Cultura. No período de janeiro a dezembro de 2009, o BNB contratou neste Programa federal R\$ 2,96 bilhões, sendo 83,8% com recursos do FNE;

b) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) – Coordenado pelo Ministério das Cidades, o PSH visa proporcionar o acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda, configurando-se como uma estratégia viável para a redução do déficit habitacional existente no Brasil. Em 2009, o Banco do Nordeste firmou parcerias com os Governos dos estados da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco e com diferentes entidades ligadas aos movimentos sociais, o que possibilitou a celebração de 1.283 contratos com os beneficiários do PSH, todos para áreas rurais localizadas em sua área de atuação. As 1.283 quotas de unidades habitacionais estão distribuídas em 14 municípios da Bahia, 10 de Sergipe e 8 de Pernambuco. Os recursos para o Programa possuem o aporte de R\$ 8.981.000,00 (Recursos OGU/STN), R\$ 4.858.800,00 (Contrapartida dos Governos Estaduais e Entidade Proponente), somando-se o montante de R\$ 13.839.800,00. As referidas unidades habitacionais têm previsão de entrega aos beneficiários até março de 2011;

c) Apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) – O BNB continua apoiando a produção de insumos para a fabricação de biodiesel no Ceará, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, em parceria com os governos estaduais, com a Petrobras e com os movimentos sociais, objetivando atender à demanda de usinas instaladas na Região. Em 2009, o BNB financiou 70 mutuários produtores de Mamona e Girassol nos estados do CE, MG e BA, empregando recursos da ordem de R\$ 558,0 mil e negociou termo de cooperação com a Petrobras para financiamento em 2010 à produção dos agricultores familiares fornecedores de oleaginosas para produção de biodiesel por aquela empresa;

d) Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) – Estratégia do Governo Federal para a promoção da cidadania e autonomia econômica das trabalhadoras rurais, que, além da documentação civil e trabalhista, recebem informações e orientações sobre direitos sociais e como acessar as políticas da agricultura familiar e da reforma agrária, contribuindo para a sua inclusão econômica e social. Nesse sentido, o BNB tem desenvolvido ações articuladas com vários parceiros, tais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), participando na mobilização e organização dos mutirões.

Em agosto de 2009 foi renovado o Acordo de Cooperação Técnica entre o BNB e essas Instituições, com vigência de 5 anos, para a continuidade da ação conjunta. Em 2009, foram realizados 343 mutirões do PNDTR, em que foram emitidos 155,4 mil documentos. No acumulado desde sua criação, em 2005, o Programa já realizou 1.030 mutirões, tendo sido emitidos 568,7 mil documentos. Ainda em 2009, o BNB aprovou patrocínio no valor de R\$ 35,8 mil para aquisição de parte dos equipamentos a serem utilizados nas Unidades Móveis Expresso Cidadão nos estados do Nordeste, possibilitando dessa forma a presença do PNDTR em localidades ainda não beneficiadas pelo Programa na Região;

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

O Banco do Nordeste vem ampliando sua atuação como agente indutor do desenvolvimento, definindo estratégias diversas que possibilitem sinergias na alavancagem da economia nordestina, consolidando novos negócios e empenhando-se nas questões ambientais e sociais, sempre em consonância com as políticas do Governo Federal. Como parte de seu papel de agente financiador do setor produtivo e da infra-estrutura socioeconômica regional, o BNB é a instituição responsável pela gestão e aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, aplicados no âmbito de linhas de crédito adaptadas às necessidades dos diferentes setores produtivos: rural (pecuária e agricultura), agroindustrial, industrial, serviços, comércio e infra-estrutura.

Como gestor do Fundo, o BNB realiza anualmente um processo de mobilização nos estados, envolvendo suas Unidades, parceiros públicos e entidades representativas de produtores rurais, de empresas e da sociedade para elaboração da Programação Anual do FNE – documento que sintetiza as diretrizes, estratégias, estimativas de aplicação e linhas de crédito para os setores produtivos da Região, com programações estaduais integradas a políticas governamentais e oportunidades de investimentos para toda a área de atuação do Fundo. O volume anual de recursos aplicados por meio do FNE vem crescendo de forma significativa a cada ano, passando de R\$ 1,0 bilhão em 2003 para R\$ 9,1 bilhões em 2009.

Destaque-se também que 34,7% dos financiamentos a grandes empresas referem-se somente a projetos de infra-estrutura, tais como telefonia, transporte e energia, essenciais para o desenvolvimento econômico da região. A seguir, apresentam-se os quadros demonstrativos das aplicações do FNE no exercício de 2009.

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2009, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE - (VALORES EM R\$ MIL)

REGIÃO	SETOR RURAL	SETOR AGROINDUSTRIAL	SETOR INDUSTRIAL / TURISMO	SETOR INFRA-ESTRUTURA	SETOR COMERCIAL / SERVIÇOS	TOTAL
Nordeste	2.588.199,7	347.983,5	1.827.911,6	1.918.761,9	2.054.564,8	8.737.421,5
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	279.674,1	18.966,3	14.295,2	0,0	83.752,0	396.687,6
TOTAL BNB	2.867.873,8	366.949,8	1.842.206,8	1.918.761,9	2.138.316,8	9.134.109,1

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Controladoria.

DEMONSTRATIVO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2009, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE, POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR - (VALORES EM R\$ MIL)

REGIÃO	MINI/PEQ	MÉDIO	GRANDE	TOTAL
Nordeste	2.065.030,2	1.285.050,9	5.387.340,4	8.737.421,5
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	188.274,9	72.634,9	135.777,8	396.687,6
TOTAL BNB	2.253.305,1	1.357.685,8	5.523.118,2	9.134.109,1

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Controladoria.

O saldo líquido das operações de crédito realizadas com recursos do FNE na posição 31/12/2009 era de R\$ 25,0 bilhões. Em dezembro de 2008 esse saldo era de R\$ 21,0 bilhões. Ao longo do ano de 2009, foram apropriados encargos no montante de R\$ 1,7 bilhão. Os valores reembolsados (principal e encargos) corresponderam ao montante de R\$ 4,8 bilhões no exercício 2009. O índice de inadimplência geral do FNE no período foi de 3,64%.

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

FAT Infra-estrutura - Objetiva financiar projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização da infra-estrutura econômica do país, com operações ativas nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, relativas a projetos de distribuição de energia e que totalizam saldo, na posição de 31/12/2009, de R\$ 56,5 milhões, com encargos apropriados no total de R\$ 11,3 milhões.

Proger Urbano Investimento – BNB COOPERFAT – Essa linha de crédito consubstancia-se na ação de apoio do BNB à estratégia central do Governo Federal de promover o desenvolvimento com inclusão social, por meio do trabalho. Destinada ao atendimento de cooperativas e associações, inclusive seus cooperados e associados, autônomos e profissionais liberais, tem por objetivo apoiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, mediante o financiamento de investimentos, capital de giro associado e outros bens e serviços necessários ao ciclo produtivo da atividade envolvida.

No exercício de 2008 foram contratadas quatro operações no valor total de R\$ 81,4 mil. Já em 2009, o BNB contratou R\$ 4,7 milhões por meio de 172 novas operações de crédito. No âmbito desse Programa, o saldo total inerente às operações ativas é de R\$ 4,1 milhões, na posição de 31/12/2009, enquanto os encargos apropriados apenas em 2009 totalizam R\$ 64 mil.

No que concerne às operações do FAT, os valores de principal previstos para recebimento no exercício 2009 eram da ordem de R\$ 3,2 milhões, tendo sido efetivamente recebidos valores da ordem de R\$ 3.2 milhões. O índice de inadimplência geral verificado no período foi de 0,005%.

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE

O FDNE tem por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (Gestora do FDNE), nos setores primário e agroindustrial, infra-estrutura, indústria extrativa, indústria de transformação, com ênfase na inovação tecnológica, e serviços.

Durante o exercício de 2009, houve contratação de uma operação com recursos do FDNE, no montante de R\$ 2.7 bilhões, contemplando projeto de infra-estrutura, de alcance e extensão interestadual e de efetiva contribuição ao desenvolvimento sustentável e à integração intra e inter-regional do setor de transportes.

O referido projeto tem enquadramento no Programa de Aceleração do Crescimento e abrange parte dos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Alagoas.

Os desembolsos de recursos do FDNE, no ano de 2009, totalizaram R\$ 222,5 milhões, tendo-se verificado, no mesmo período, reembolsos no montante de R\$ 7,1 milhões, referentes às amortizações de principal, juros e TJLP.

Fundo da Marinha Mercante - FMM

Programa de Apoio à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval – Promercante - Os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) são

administrados pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM, e são aplicados no apoio e desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval.

O BNB atua como agente financeiro do fundo. O saldo do programa, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$ 56 milhões.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE

Prodetur/NE I - Programa destinado a reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional por meio de investimentos em infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística.

Teve orçamento geral de US\$ 670 milhões, com o valor de US\$ 400 milhões (60%) proveniente de contrato de empréstimo celebrado entre BNB e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Os recursos foram repassados aos estados da região Nordeste participantes do Programa na forma de contratos de sub-empréstimo e foram destinados principalmente a obras de infra-estrutura de suporte à atividade turística, notadamente à ampliação de aeroportos, sistemas de saneamento e pavimentação de rodovias.

Os recursos do Programa foram integralmente aplicados (execução concluída em 2005), encontrando-se agora em fase de reembolso dos recursos do financiamento.

A seguir é apresentado quadro representativo do saldo remanescente do contrato, ressaltando-se que o valor devido vem sendo pago integralmente ao BID, não se registrando inadimplência:

PRODETUR/NE I - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NR. 841/OC-BR

BID (PRODETUR/NE I)	VALOR (UC)	VALOR (R\$)
Saldo em 31.12.2008	170.813.652,90	707.844.344,27
Ajustes	292.834,68	0,01
Juros Contabilizados	7.146.414,79	22.524.021,00
Variação Cambial Contabilizada	0,00	-172.800.027,77
Pagamento de Principal	-15.821.348,58	-51.575.274,06
Pagamento de Encargos	-7.146.414,79	-23.110.304,53
Saldo em 31.12.2009	155.285.139,00	482.882.758,92

Fonte: BNB – Ambiente de Operações Financeiras

Prodetur/NE II - Programa que envolve recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo o valor de US\$ 240 milhões (60%) oriundo do Contrato de Empréstimo 1.392/OC-BR firmado entre o BNB e o BID, e US\$ 160 milhões de contrapartida com aporte de recursos da União, estados, municípios e iniciativa privada.

O comprometimento total dos recursos se concretizou em 2006, sendo sub-mutuários do Programa os estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

No exercício de 2009, além do assessoramento às Unidades Executoras Estaduais do Programa e acompanhamento físico e financeiro das ações, a atuação do BNB destacou-se pelos ajustes nas matrizes dos contratos de sub-empréstimo dos estados, com vistas ao planejamento da execução no prazo final do Programa, o que resultou em uma redução no número de ações financiadas, reflexo da desvalorização do dólar em relação ao real, reduzindo os recursos disponíveis em reais.

Em março, foi realizada a Missão de Avaliação de Meio Termo do Programa, com participação do BID e estados sub-mutuários, que estabeleceu prazos para o início da execução das obras ainda pendentes. Em agosto, foi formalizada junto ao BID a prorrogação do prazo de execução do Programa por mais 12 (doze) meses, com término para setembro/2010.

A seguir, quadro representativo do saldo remanescente do Contrato do Prodetur/NE II. Vale ressaltar que o valor devido vem sendo pago integralmente ao BID, não se registrando inadimplência:

PRODETUR/NE II - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NR. 1392/OC-BR

BID (PRODETUR) II	VALOR (US\$)	VALOR (R\$)
Saldo em 31.12.2008	99.065.808,06	234.343.313,14
Ajustes	0,00	-799.546,65
Ingressos em 2009	39.314.715,82	79.133.085,20
Juros Contabilizados	2.569.476,98	3.391.778,79
Variação Cambial Contabilizada	0,00	-68.205.328,79
Pagamento de Principal	-5.905.732,47	-11.779.443,04
Pagamento de Encargos	-2.569.476,98	-4.547.376,28
Saldo em 31.12.2009	132.474.791,41	231.536.482,37

Fonte: BNB – Ambiente de Operações Financeiras

Segmentos de Negócios

Microcrédito

O BNB opera no segmento de microcrédito produtivo orientado desde 1998, com uma área especializada e com marca própria – Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste Crediamigo. Tornou-se, assim, o primeiro banco público de primeiro piso do Brasil a ter um modelo de atuação voltado para o microcrédito. O crédito é destinado a empreendedores proprietários de pequenos negócios formais ou informais, com financiamentos para capital de giro e investimento fixo, realizando empréstimos em grupos solidários ou individuais, que variam de R\$ 100 a R\$ 15.000,00, com a finalidade de gerar um maior volume de receitas e melhorar as condições de vida da família. O Crediamigo oferece oportunidades e facilidades que diferenciam seus empréstimos dos demais oferecidos pelo setor financeiro formal, tais como os grupos solidários em substituição às garantias tradicionais e o atendimento personalizado realizado por Assessores no local de trabalho dos empreendedores.

O volume de empréstimos realizados em 2009 foi da ordem de R\$ 1,5 bilhão, associado a 1,26 milhão de operações. Esse valor representa um crescimento de 38% em relação ao ano anterior, quando foram emprestados

aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. Os empréstimos acumulados de 1998 a 2009 são da ordem de 6,2 milhões de operações, tendo sido liberados empréstimos no montante de R\$ 6,1 bilhões, e mais de 1,21 milhão de clientes atendidos. Com esse desempenho o Crediamigo consolida-se como o 2º maior programa de microcrédito produtivo da América Latina e Caribe e o maior do Brasil.

A capacidade operacional vem apresentando um crescimento contínuo de clientes beneficiados com operações de crédito por dia, alcançando uma média de 5.038 clientes por dia em 2009. A média de clientes beneficiados por dia em 2008 foi de 3.942 clientes, o que significa um crescimento de 28% na média de contratações diárias. Em 2009, o Crediamigo alcançou o número de 528.792 clientes ativos, o que representa um crescimento de 32% em relação ao ano anterior, quando o Programa contava com 400.413 clientes. Além disso, o Programa obteve um crescimento de 39% de sua Carteira Ativa quando comparado a 2008, passando de R\$ 362,22 milhões para R\$ 501,69 milhões. Desde 2003 a inadimplência do Programa Crediamigo vem apresentando trajetória de estabilidade, com um índice de 1,16% em 2009.

Negócios com Agricultores Familiares, Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais e Empresários

a) Micro e Pequena Empresa

Ciente da importância das MPEs para a economia nordestina, a atual administração do Banco do Nordeste vem adotando uma série de iniciativas com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito a esse importante segmento de público, estratégia essa iniciada em 2003.

As iniciativas passaram a ter respaldo, inclusive, em um dos objetivos estratégicos do Banco para o período de 2008 a 2011 que é: “consolidar o Banco do Nordeste como o Banco da Micro e Pequena Empresa na Região, ofertando 15% do volume de recursos do FNE e elevar a base de clientes em 40%”.

Em 2009, foi estabelecida a meta de R\$ 1,65 bilhão para contratação de operações de crédito com MPEs. O volume de contratação realizado em 2009 foi da ordem de R\$ 1,78 bilhão, atingindo 108% da meta estipulada para o ano. Esse valor representa um avanço de 44% em relação ao total contratado no ano anterior, quando foi contratado o montante de R\$ 1,24 bilhão, já a quantidade de operações contratadas evoluiu 16%, saltando de 70.909 em 2008 para 82.313 em 2009.

Dentre as ações que contribuíram para o resultado obtido em 2009, merecem destaque:

- Realização de atendimento diferenciado às empresas de franquias, a partir da formalização de acordo de cooperação com a Associação Brasileira de *Franchising* (ABF) e com consultorias especializadas nessa modalidade de negócio, além da participação na *Franchising Nordeste 2009*, em Olinda (PE), na *ABF Franchising Expo 2009*, em São Paulo (SP), na *Rio Franchising Business*, no Rio de Janeiro (RJ), na Nona Convenção da ABF, em Comandatuba (BA), e em encontro exclusivo com empresas que atuam no mercado de franquias, em São Paulo (SP);
- Implementação do Nordeste Franquias, modelo que visa ampliar o volume de negócios com as empresas do sistema de franquias, por meio da simplificação do atendimento a empresas que atuam em um mercado qualificado;
- Criação do Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FNE-MPE) e de produtos específicos de capital de giro para MPEs, proporcionando, assim, um tratamento diferenciado e favorecido, em conformidade com o art. 58 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006;
- Realização do 4º Encontro de Trabalho Banco do Nordeste – Sebrae, com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas pela parceria e construir agenda de trabalho voltada para fortalecer a capacidade empresarial e a competitividade das MPEs;
- Veiculação de campanha publicitária nos meses que antecedem as datas comemorativas nacionais e regionais, incentivando as empresas a formarem seus estoques por meio das linhas de crédito para capital de giro;
- Participação nos diversos espaços instituídos pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) voltados ao debate e à conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de ações e de políticas públicas orientadas às MPEs, especialmente o Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Comitê Executivo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e
- Interação com as equipes de agências, por meio de reuniões com os gerentes de negócios das carteiras de Clientes MPE e Atendimento MPE de todas as unidades do Banco em encontros realizados nas Superintendências Estaduais.

b) Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O BNB destaca-se na operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf em sua área de atuação, onde tem participação expressiva nas aplicações do citado Programa. No ano de 2009, foi contratado o volume de R\$ 890,1 milhões, com 356,8 mil operações contratadas nos diversos grupos e linhas do Pronaf, conforme quadro a seguir:

**DEMONSTRATIVO DOS FINANCIAMENTOS DO SETOR RURAL, CONCEDIDOS EM 2008 E 2009
NO ÂMBITO DO PRONAF, POR REGIÃO - (VALORES EM R\$ MIL)**

REGIÃO	2008		2009	
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR
Nordeste	292.713	666.251,4	315.475	795.113,1
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	39.160	73.462,5	41.352	94.952,5
TOTAL BNB	331.873	739.713,9	356.827	890.065,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

o que se refere à aplicação por fonte, o FNE, em 2009, participou com 97,0% das operações contratadas e com 97,5% dos valores aplicados no Pronaf, em comparação a 2008, cujos índices foram, respectivamente, de 89,1% e 92,0%. Como se percebe, o FNE tem sido fundamental para garantir a continuidade e a expansão do Pronaf, cumprindo, assim, a missão de contribuir para superação da pobreza e para a redução das desigualdades regionais.

Conforme se pode observar no quadro a seguir, 62,9% da quantidade de operações contratadas e 64,4% do valor contratado no âmbito do Pronaf em 2009, com o apoio dos Agentes de Desenvolvimento e dos projetos territoriais, destinaram-se à região semiárida. Isso reflete a importante contribuição do Pronaf no atendimento às áreas menos favorecidas, com forte aderência à missão do Banco.

**FINANCIAMENTOS DO SETOR RURAL - CONCEDIDOS EM 2009
NO ÂMBITO DO PRONAF - POR REGIÃO - (VALORES EM R\$ 1,00)**

REGIÕES	QTDE.	VALOR
Outras Regiões	132.499	317.130.999,48
Semi-árido	224.328	572.934.480,81
TOTAL	356.827	890.065.480,29

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

As contratações do Pronaf em 2009 atingiram o montante de R\$ 890,1 milhões. Nesse contexto, merece destaque o Agroamigo, por intermédio do qual foram contratadas, no acumulado de 2005 a 2009, 818,6 mil operações e contratado o valor de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. No ano de 2009 foram realizadas 286 mil operações e contratado o volume de R\$ 443 milhões, 75% superior ao volume contratado em 2008 e algo em torno de 50% do valor das contratações do Pronaf como um todo.

Foi com a finalidade de expandir o atendimento aos agricultores familiares, mediante a concessão de microcrédito rural produtivo orientado e acompanhado no âmbito do Pronaf B, que o BNB concebeu e implantou em 2005 o citado Programa¹, direcionado às famílias rurais de menor renda. Assim, o BNB passou a atuar de forma mais qualificada, mais segura e com mais ênfase na base da pirâmide do conjunto dos agricultores familiares, com vistas a tornar mais eficaz sua contribuição no combate à pobreza no meio rural, inclusive no tocante à igualdade de oportunidade entre gêneros, com vistas a

possibilitar a autonomia das mulheres, cuja participação nas aplicações do Programa em 2009 foi de 46,0%. Trata-se, portanto, de Programa que tem metodologia diferenciada de ação, tendo recebido, em função disso, o prêmio ALIDE 2009, na categoria produto financeiro inovador. Ao final de 2009, o BNB contava com 158 agências operando com o Agroamigo, com atendimento a 1.611 municípios – 500 a mais que em 2008, com perspectiva de atender aos 1.989 municípios da área de atuação do Banco em 2010.

c) Crédito Fundiário

Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, composto de dois subprojetos:

Subprojeto de Aquisição de Terra – SAT: financia, com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a aquisição da propriedade rural, com as benfeitorias existentes, diretamente às associações dos agricultores. No ano de 2009, o Banco contratou 44 operações no montante de R\$ 6,4 milhões, atendendo 467 famílias; Subprojeto de Investimento Comunitário – SIC: esse subprojeto financia, de forma não-reembolsável, com recursos do Banco Mundial, os investimentos comunitários complementares (produtivos, infra-estrutura e social) para os imóveis adquiridos com o SAT. Em 2009 o Banco contratou 37 operações na modalidade SIC com as associações dos agricultores familiares no montante de R\$ 13,5 milhões;

Programa de Crédito Fundiário – Consolidação da Agricultura Familiar – CAF: esse programa financia, com recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária, de forma reembolsável, a aquisição da propriedade rural, com as benfeitorias existentes, bem como investimentos em infra-estrutura básica e produtiva, diretamente às associações dos agricultores, ou de forma individual. No ano de 2009 o Banco contratou 1.328 operações no montante de R\$ 51,2 milhões, atendendo 1.440 famílias.

Negócios com Médio e Grandes Produtores Rurais e Empresários

Operações Estruturadas

Operações Estruturadas são aquelas decorrentes de projetos com forte impacto econômico para o Nordeste, com financiamentos superiores a R\$ 30 milhões ou que tenham características diferenciadas, a exemplo daquelas destinadas à melhoria da infra-estrutura regional, principalmente nas áreas de energia (produção, transmissão e distribuição), telecomunicações e transportes. Durante o ano de 2009, foram contratadas 24

¹ O Agroamigo tem, dentre seus objetivos específicos: a) garantir maior agilidade no processo de crédito; b) realizar o atendimento aos agricultores familiares com serviços de microfinanças nas comunidades rurais; c) ampliar o grau de proximidade com clientes da área rural; d) viabilizar maior capacidade operacional para o Banco e melhor acompanhamento dos créditos.

operações estruturadas no valor total de R\$ 2,8 bilhões. Desse montante, sete projetos estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, com valor contratado de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.

Negócios com Governo

Em 2009, os negócios realizados pelo Banco com o segmento Governo, por meio da contratação de operações de crédito e captação de recursos, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,5 bilhão e R\$ 865 milhões.

Negócios de Crédito Comercial e Câmbio Crédito e Carteira Comercial

Os produtos de crédito comercial – Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de títulos e Contas Garantidas – foram responsáveis pela contratação de R\$ 4,9 bilhões em 2009, representando crescimento de 84,7% em relação ao ano anterior.

Comércio Exterior e Câmbio

Do valor total de R\$ 1,7 bilhão em créditos destinados ao financiamento do comércio exterior em 2009, volume 76,6% superior ao do ano anterior, o montante contratado com recursos do Programa Nordeste Exportação (NExport) chegou a R\$ 440,2 milhões, expansão de 59,4% em relação a 2008. Em apoio às empresas exportadoras da Região, o NExport visa fomentar a produção industrial e agroindustrial e as atividades comerciais e de prestação de serviços na área de atuação do Banco, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2009, compreendendo operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens, atingiu a cifra de R\$ 4,4 bilhões, significando incremento de 46,6% em relação ao ano de 2008, quando foi movimentado o montante de R\$ 3 bilhões.

Negócios com Pessoas Físicas

Contando com 13 carteiras Pessoa Física, localizadas nas capitais da Região Nordeste e Montes Claros (MG), os negócios na área comercial com esse segmento de clientes foram incrementados em 30,8% comparativamente a dezembro de 2008, com ampliação do saldo médio de aplicações financeiras da ordem de R\$ 28,7 milhões e incremento na base de clientes pessoa física de 1.334 clientes (17,3%).

Mercado de Capitais

Consolidando a sua posição no âmbito do Mercado de Capitais, em 2009, o BNB participou da estruturação de operações neste segmento de mercado, cujo valor total das emissões alcançou a marca de R\$ 6,6 bilhões. Com essa atuação, no *ranking* divulgado em novembro pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro de Capitais (ANBIMA), o BNB atingiu o 8º lugar no *Ranking* de Originação e o 9º lugar no *Ranking*

de Distribuição. A publicação da ANBIMA mostra que o BNB, definitivamente, assumiu posição de destaque nacional no âmbito do mercado de capitais, contribuindo para que empresas nordestinas tenham acesso a recursos menos onerosos para sustentar o seu crescimento.

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Avaliação de Políticas e Programas

Em 2009, um dos focos de atuação do ETENE foi a avaliação dos programas operacionalizados pelo BNB, dentre eles os do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O ETENE também vem realizando estudos de avaliação de impactos do FNE no que se refere à geração de empregos. Referidos estudos utilizam dados da Relação Anual de Informações (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), considerando o universo das empresas financiadas pelo FNE (grupo de tratamento) e as empresas não financiadas pelo FNE (grupo de controle). Os resultados apontaram que o Fundo produziu uma dinâmica diferenciada no ritmo das contratações de mão-de-obra das empresas financiadas em relação às não financiadas, tanto em relação ao crescimento no emprego quanto em relação à massa salarial.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Entre as principais atividades do ETENE está a gestão de fundos para apoio a projetos de geração e difusão de tecnologia, totalizando, em 2009, o aporte não reembolsável de R\$ 28,4 milhões em 513 projetos:

Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI) - Instituído desde 1971, o FUNDECI foi pioneiro no fomento à pesquisa e à difusão de tecnologias direcionadas às atividades produtivas da área de atuação do BNB, contribuindo para superação das limitações do setor produtivo e minimizando o risco operacional do Banco. Em 2009 foram apoiados 245 projetos, totalizando R\$ 14,3 milhões.

Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste (FASE) - O FASE financia projetos e pesquisas socioeconômicas de interesse do Nordeste, tendo apoiado em 2009, dentre eventos, publicação de obras, cursos, projetos de pesquisa e outras atividades, cerca de 110 convênios, totalizando R\$ 6,2 milhões.

Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) – O FDR tem como objetivo apoiar programas e projetos que visem prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas na área de atuação do BNB. Em 2009 foram apoiados 158 projetos no total de R\$ 7,9 milhões.

Impacto Fiscal das Atividades do Banco do Nordeste

Os valores a seguir apresentados, relacionados ao impacto fiscal do Banco do Nordeste nas contas do Tesouro Nacional, foram obtidos da contabilidade do Banco e consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o Banco do Nordeste e o Tesouro Nacional durante o exercício.

Em 2009, representaram ingressos nas contas do Tesouro os recolhimentos realizados pelo Banco de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (COFINS e PASEP), além da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se refere a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, o Tesouro Nacional recebeu os maiores pagamentos realizados pelo BNB no exercício de 2009, totalizando R\$ 515.373.617,26.

Deste total, o valor de R\$ 367.370.498,57 representa receitas tributárias, considerando o recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL), Contribuições sobre o Faturamento (PASEP e COFINS). Ademais, o valor de R\$ 10.829.056,27 refere-se a receitas de encargos sobre tributos. A título de juros sobre capital próprio e dividendos, foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 137.174.062,42.

RECOLHIMENTOS REALIZADOS PELO BANCO DO NORDESTE PARA O TESOUREIRO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2009 (VALORES EM R\$ MIL)

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR*
IRPJ	152.707,20
COFINS	103.254,90
PASEP	24.924,87
CSLL	86.483,52
Outras (multas e juros)	10.829,06
Juros sobre capital próprio e dividendos	137.174,06
TOTAL DE RECOLHIMENTOS	515.373,61

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Gestão Tributária e Ambiente de Controladoria. / (*) Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, juros, dividendos etc).

Com relação ao FNE, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNE NO EXERCÍCIO DE 2009 - (VALORES EM R\$ MIL)

SALDO EM 2008	ENTRADAS*	SAÍDAS**	SALDO EM 2009
25.820.968,89	6.200.134,67	2.566.175,66	29.454.927,90

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria

(*) Principais entradas: Ingressos constitucionais, receitas sobre operações de crédito, repasses, remuneração das disponibilidades e recuperação de crédito.

(**) Principais saídas: Taxa de administração, remuneração sobre Pronaf, despesa de provisão, Del Credere, descontos concedidos em renegociações, rebates/bônus sobre principal e despesas com operações de outras fontes (aquis. Lei 11.322).

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco do Nordeste mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÕES DO BNB COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNE, NO EXERCÍCIO DE 2009 (VALORES EM R\$ MIL)

FUNDOS	SALDO EM 2008	INGRESSOS, JUROS E CORREÇÃO	PGTOS*	SALDO EM 2009
FAT	444.426,64	47.738,97	96.913,00	395.252,61
FMM	46.508,41	3.650,84	0,00	50.159,25
STN Prodecer	77.605,92	6.036,10	13.484,71	70.157,31
STN Recoop	1.312,04	44,84	193,47	1.163,41

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Operações Financeiras.

(*) envolve principal e juros.

3.6.5. Banco da Amazônia S.A. - BASA

O desempenho apresentado pelo Banco da Amazônia, no exercício de 2009, esteve pautado no compromisso estratégico da Instituição com o Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica, buscando inserir sua economia nos mercados nacional e internacional, mediante a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar; apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas

instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e Estaduais e outras instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais. Essa forma de atuar é fundamentada no reconhecimento de que o processo de desenvolvimento integrado e sustentável de uma região com as características e complexidades da Amazônia perpassa, necessariamente, pela incorporação de mecanismos da gestão compartilhada, baseados na integração, cooperação e co-responsabilidade entre os atores partícipes do processo de desenvolvimento.

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos internalizados em prol das

populações locais e, ao mesmo tempo, implantar um novo padrão de financiamento adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais, o Banco da Amazônia incorporou à sua política de financiamento os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais. Trata-se de um modelo de financiamento que tenha como foco os negócios sustentáveis e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia propõe orientar o relacionamento com os clientes seguindo três linhas de ação: Indução, Salvaguardas e Exclusão. A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, priorizando e promovendo, de forma pró-ativa, projetos que sejam precursores, multiplicadores, demonstrativos ou exemplares em termos socioambientais, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e seu efeito demonstrativo incentivador para outros projetos. As salvaguardas são instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, procurando compatibilizar essas práticas com melhoramento de rentabilidade para o cliente. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades. Mediante a exclusão, o Banco da Amazônia escolhe não apoiar atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

O BASA apóia a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais atuando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais (APL) selecionados como prioritários em todos os estados da Amazônia.

Durante o exercício de 2009, a Instituição realizou o monitoramento das potencialidades econômicas em nível local, visando à estruturação e fortalecimento dos APL prioritários para a Região, viabilizando a formatação de projetos que valorizem o uso racional de matérias-primas locais e que, ao mesmo tempo, contribuam para o aumento do valor agregado regional. Buscou, também, implantar novas oportunidades de negócios voltadas para os segmentos sustentáveis, consolidando sua presença como instituição indutora do desenvolvimento regional. Essas iniciativas estiveram focadas no propósito de

compatibilizar as ações creditícias do Banco da Amazônia em consonância com os objetivos do Governo Federal, constantes no PPA 2008-2011.

Em suas estratégias de ação, o Banco tem como prioridade a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional, resultando na geração de significativos impactos sociais e econômicos, tais como: fixação do homem amazônida no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais, mediante integração intra e inter-regional; apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributável, por meio da diversificação da estrutura produtiva; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; integração da economia regional aos mercados; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural amazônica.

No período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, o Banco da Amazônia financiou 278 mil operações de crédito do Pronaf, no valor de R\$ 2,2 bilhões, usando recursos do FNO, OGU e Recursos Próprios, beneficiando mais de 278 mil famílias e gerando, aproximadamente, 1.100 mil ocupações de mão-de-obra na Região. Em 2009, foram contratadas 47.503 operações, totalizando R\$ 461,0 milhões. O Plano Safra 2009/2010 tem previsão de financiamentos no montante de R\$ 518 milhões. No primeiro semestre de 2009, foram aplicados cerca de R\$ 297,9 milhões, correspondentes a 57,5% do total. Em relação ao Plano Safra 2008/2009, o montante aplicado ficou em R\$ 353,5 milhões.

A operação Arco Verde inaugurou uma nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia. Em cinco meses (junho a outubro) de Mutirão da Operação Arco Verde e Terra Legal, a atuação do Banco da Amazônia se deu em 29 dos 43 municípios da Operação (67% do total), atendendo 1.731 famílias com recursos do Pronaf, no total de R\$ 11,2 milhões. Foram realizadas, através do Mutirão, cerca de 1.500 operações de crédito, envolvendo recursos da ordem de R\$ 60,3 milhões, basicamente do Pronaf. Desse total, R\$ 21,4 milhões já foram contratados e estima-se contratar, até o final do exercício de 2009 e o primeiro semestre de 2010, cerca de R\$ 38,9 milhões.

As ações do Banco da Amazônia foram voltadas para a assinatura de contratos; abertura de contas correntes; entrega de equipamentos e implementos financiados pelo Pronaf; distribuição de mudas nativas da Amazônia, como ipê e paricá, palestras direcionadas a produtores rurais; formação de parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); além de ações de educação ambiental a partir da apresentação de vídeos sobre boas práticas nos empreendimentos.

O Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vem apoiando, desde 2005, os Órgãos Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Região Norte, visando qualificar o crédito da Agricultura Familiar, via fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica aos beneficiários do Pronaf. Firmou convênio de repasse de recursos com os estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. Os recursos contratados, de natureza não reembolsável, ultrapassam o montante de R\$ 2,3 milhões, sendo investidos no fortalecimento da infra-estrutura física dos Órgãos de ATER (aquisição de carros, motocicletas, embarcações e equipamentos diversos como computadores, GPS, entre outros) e na capacitação de técnicos e produtores rurais.

Em 2009, os convênios de apoio à Assistência Técnica e Extensão Rural vigentes envolveram recursos da ordem de R\$ 1,7 milhão, tendo sido firmados com os órgãos oficiais dos estados de Rondônia, Amazonas e Pará, cujos valores foram de R\$ 368 mil, R\$ 421 mil e R\$ 947 mil, respectivamente.

O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional continua sendo uma marca do Banco da Amazônia. Em 2009 os créditos destinados as atividades de base agropecuária e agroindustrial atingiram o montante de R\$ 939,5 milhões, cobrindo um amplo espectro de atores do meio rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários rurais e agroindustriais de médio e grande porte. São financiamentos que estão permitindo a consolidação de diversas cadeias produtivas do agronegócio na Região e de inserção competitiva nos mercados nacional e internacional.

O Banco da Amazônia participa do Programa de Inclusão Bancária do Governo Federal (Banco para Todos), que possibilita ampliar o acesso ao sistema bancário da população excluída, em especial os trabalhadores informais e de baixa renda. Desde a criação do Programa, em 2003, até dezembro de 2009, o Banco da Amazônia possibilitou a abertura de 40.334 contas simplificadas. No exercício de 2009, foram abertas 3.966 novas contas simplificadas.

No âmbito do Programa Banco Para Todos, o Banco da Amazônia concede crédito à população de baixa renda, através de operações de microcrédito. Essa modalidade de crédito tem sido utilizada na aquisição de bens de consumo e pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura. De 2003 até dezembro de 2009, foram contratadas cerca de 56.900

operações, no valor de R\$ 32,1 milhões, com valor médio de R\$ 564,76 por beneficiário. Em 2009, o total de financiamentos atingiu R\$ 1,2 milhão, envolvendo 2.030 operações.

No âmbito do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, foi criado o Programa "Amazônia Florescer" baseado em uma filosofia de "finanças de proximidade", implantando diversas Unidades de Microfinanças (UMF). Já viabilizou crédito para 8.900 pequenos empreendedores desenvolverem seus negócios, no valor de R\$ 6,9 milhões, com média de R\$ 773,57 por cliente. No exercício de 2009, aproximadamente 6.300 pessoas foram atendidas pelo Programa, envolvendo recursos de cerca de R\$ 5,2 milhões.

O BASA incentiva a realização de pesquisas científicas de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável e à conservação da biodiversidade regional. Executados por agentes regionais, tais pesquisas são um importante instrumento de informação para o planejamento e orientação das decisões sobre investimentos do setor produtivo.

Por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia, foram firmadas parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisa da Região, visando à execução de pesquisas de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, entre outros temas de interesse do desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. Até o final de 2009, o Banco da Amazônia apoiou 365 projetos de pesquisa, com recursos de natureza não reembolsável, no valor superior a R\$ 24,9 milhões, beneficiando diversas instituições.

Entre as pesquisas apoiadas em 2009, destacamos: "Tijolos vegetais", com o objetivo de desenvolver inovação tecnológica para aproveitamento de resíduos vegetais; "Geração de Renda, Inclusão Social e Recomposição de Matas Ciliares por Comunidades Ribeirinhas na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense", visando a produção de mudas das espécies vegetais locais nos lagos daquela região, para o desenvolvimento de um programa de recomposição vegetal, com geração de renda para as comunidades envolvidas; e "Extrativismo de Áreas Protegidas do Acre", para possibilitar às comunidades extrativas mecanismos de defesa de seu patrimônio biológico, evitando o depauperamento do estoque ambiental e florestal, de forma a garantir a manutenção da diversidade biológica.

Como forma de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, o Banco da Amazônia participa do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e desenvolve parceria com o Sebrae, com o qual mantém convênio de cooperação geral, visando implementar ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores que atuam na Amazônia. Para esse segmento, no período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, considerando todas as fontes de fomento operacionalizadas pelo Banco da Amazônia, foram

contratadas 4.244 operações de crédito, correspondendo ao montante de recursos da ordem de R\$ 693,6 milhões. Em 2009, o número de contratações destinadas aos micros e pequenos empresários atingiu 1.835 operações, no valor de R\$ 213,6 milhões. Nesse período, do total de operações contratadas no setor industrial, 83% foram voltadas ao apoio às micro e pequenas empresas.

O Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em retomar a capacidade orientadora do estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia, no âmbito do PAC, contemplam setores estratégicos da economia como saneamento básico, matriz energética e produção de biodiesel. Até dezembro de 2009, o Banco aprovou a contratação de 33 projetos, no total de R\$ 1,9 bilhão, com recursos do FNO, FDA e BNDES. Desse total, 29 projetos foram efetivamente contratados no período, totalizando R\$ 1,86 bilhão.

Em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Banco da Amazônia elaborou o “Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia”, com a percepção de que a Região possui um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo e que os desafios podem ser transformados em excelentes oportunidades de negócios, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor. No exercício de 2009, o Banco da Amazônia contratou 112 operações de crédito na Região, totalizando R\$ 57,7 milhões. Considerando o período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, o Banco contratou 319 operações, no valor de R\$ 321,0 milhões.

Atuando alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa “Amazônia Mais Cultura”, cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio desse Programa, o Banco da Amazônia está prospectando, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do segmento cultural. Em 2009, o total de investimentos na cultura regional atingiu o montante de R\$ 9,9 milhões, em 54 operações de crédito. No período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, foram 184 operações, totalizando R\$ 102,9 milhões.

O Banco da Amazônia realiza estudos dos setores produtivos da Região que contam com seu apoio financeiro, objetivando a identificação de áreas potenciais e de oportunidades de investimentos, a partir dos estados que apresentam menores índices de aplicação de recursos. Esses estudos contemplam análises de conjuntura do mercado, da dinâmica das mudanças estruturais em curso e das oportunidades de negócios que podem surgir no curto e longo prazo, configurando-se em importante instrumento para apoiar as decisões do Banco da Amazônia no atendimento das demandas por crédito. Em 2009 começaram a ser elaborados estudos sobre Fruticultura, que estão em fase de conclusão, e Florestal,

com previsão de conclusão para 2010. Quanto à capilaridade, o Banco da Amazônia tem utilizado o critério de maximização da expansão da cobertura regional, atuando em conjunto com as demais instituições financeiras oficiais, de modo a transferir para a comunidade os benefícios da ampliação do seu atendimento. Nos últimos sete anos, o Banco da Amazônia expandiu a sua capilaridade em 109%, passando de 101 pontos de atendimentos ao final de 2002 para 211 unidades ao final de 2009.

Ações Componentes de Programas de Governo (PPA 2008-2011)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Pronaf visa fortalecer a Agricultura Familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. A partir da linha de financiamento do Banco da Amazônia, é prestado apoio financeiro ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Beneficiários: Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no Manual de Crédito Rural - MCR-10, mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais; extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável; silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; e aquicultores.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Democratização do crédito, promovendo inclusão social por meio da geração de emprego e renda;
- Apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributária, por meio da diversificação da estrutura produtiva;
- Promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais através da integração intra e inter-regional;
- Viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; e
- Integração da economia regional aos mercados.

Através do Pronaf, o Banco da Amazônia auxilia o Governo Federal na execução da Política de Reforma Agrária com financiamento de atividades produtivas na Região Amazônica, desenvolvidas em áreas de colonização. Com recursos do FNO, OGU e Recursos Próprios, o Banco da Amazônia financiou, em 2009, aproximadamente, 47.500 operações do Pronaf, no total de R\$ 461,0 milhões, gerando 190 mil ocupações de mão-de-obra na Região, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PRONAF EM 2009

FONTE	PROGRAMADO		EFETIVADO	
	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	28.355	252.357.600,00	44.939	453.650.716,00
Orçamento Geral da União (OGU)	6.535	15.000.000,00	2.404	3.837.594,00
Recursos Próprios	-	-	160	3.541.909,00
TOTAL	34.890	267.357.600,00	47.503	461.030.219,00

Fonte: Banco da Amazônia

Como se verifica, a maior demanda pelos recursos do FNO pode ser explicada, sobretudo, pela maior atratividade dos encargos praticados nos financiamentos do Fundo em relação aos do OGU, influenciando, sobremaneira, o seu desempenho.

Além do apoio do crédito direto, a agricultura familiar regional também passa a ter o apoio do Banco da Amazônia para a prestação do serviço de assistência técnica, disponibilizando recursos do seu próprio orçamento para fortalecer e melhorar o desempenho dos Órgãos Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos mini e pequenos produtores rurais da Região Norte. Trata-se de uma parceria pioneira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que visa eliminar um problema que há muitos anos aflige o pequeno produtor rural da Região: a falta de apoio técnico para o cultivo e a comercialização da safra. Com isso, o Banco da Amazônia espera melhorar os resultados de sua política de crédito e proporcionar maior retorno financeiro para a agricultura familiar, que se constitui num importante segmento da economia rural amazônica.

Desenvolvimento Macrorregional Sustentável

Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia.

Tem por finalidade apoiar com recursos não reembolsáveis (renúncia fiscal), a elaboração e execução de projetos de pesquisa (custeio) que se voltem aos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia.

Beneficiários: Poderão pleitear colaboração financeira ao Programa de Pesquisa do Banco da Amazônia, para a realização de pesquisas científicas, as Universidades, os Institutos de Pesquisa e outras Entidades que, técnica e legalmente habilitadas, satisfaçam os requisitos exigidos.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Desenvolvimento e adaptação de novas tecnologias;
- Identificação de novas oportunidades de investimento;
- Ampliação do estoque de conhecimento voltado ao desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, promovendo a exploração sustentável das vocações e potencialidades regionais;
- Contribuição à manutenção e ao fortalecimento da comunidade científica regional; e
- Difusão das questões amazônicas.

Durante o exercício de 2009, o Banco da Amazônia desembolsou R\$ 178.940,28 em projetos de pesquisa, conforme a seguir:

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
55	3.850.000,00	11	178.940,28

Fonte: Banco da Amazônia

No apoio à pesquisa científica e tecnológica, o Banco da Amazônia procura fazer convergir iniciativas que priorizem as vocações socioeconômicas regionais, sempre tendo em vista a preservação da identidade cultural da sociedade amazônica. Assim, foram concluídas pesquisas, publicados trabalhos e celebradas parcerias para proporcionar apoio ao processo decisório de novos investimentos, que passaram a se constituir ferramentas de suporte importantes para planejar o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a deficiência de infra-estrutura na área de Ciência e Tecnologia na Amazônia, como falta de laboratórios, centros de excelência e pequeno número de pesquisadores, refletem na quantidade e qualidade dos projetos apresentados, dificultando a aplicação dos recursos em sua totalidade.

Programa Banco Para Todos

Conta Simplificada

Para atender esta ação, o Banco da Amazônia criou a Conta Sinal Verde, que é um conjunto de contas simplificadas destinado exclusivamente às pessoas físicas, individualmente, com o objetivo de proporcionar acesso às facilidades bancárias e creditícias de forma mais ágil e simplificada.

Beneficiários: Todas as pessoas físicas que não possuem conta corrente ou poupança em qualquer banco. O Banco da Amazônia oferece três opções diferenciadas de atendimento: A Conta Amazônia Jovem, para estudantes de nível médio, técnico e superior; a Conta Amazônia Cidadão, para aposentados e pensionistas; e a Conta Amazônia Fácil, para autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos, donas de casa, microempreendedores da economia informal, dentre outros. O beneficiário pode consultar saldo e extrato, efetuar depósitos e saques e pagar contas, por meio de cartão magnético; fazer compras em lojas credenciadas da rede 24 horas; e obter empréstimo na linha do

microcrédito junto ao Banco. A abertura dessa conta é totalmente gratuita e sem burocracia.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo

- Bancarização a 40.334 pessoas de baixa renda e microempreendedores formais e informais, permitindo acesso facilitado a serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros e créditos) e inclusão social.

Em 2009, foram abertas 3.966 novas contas simplificadas no Banco da Amazônia, ao passo que, desde 2003, quando o Programa foi criado, o total de contas abertas chega a 40.334. Atualmente, existem 26.235 contas simplificadas ativas, sendo 9.547 (36,4%) de pensionistas e aposentados; 581 (2,2%) de universitários e jovens; e 16.107 (61,4%) de profissionais liberais, autônomos, donas de casa e outros. Não há previsão de execução financeira para esta ação.

Concessão de Crédito à População de Baixa Renda

Para executar esta Ação, o Banco da Amazônia criou uma modalidade de empréstimo chamada Amazônia Microcrédito, destinado à população de baixa renda, aposentados e pensionistas, microempreendedores da economia informal e microempresários, para suprir as necessidades de crédito de curto prazo, cuja taxa efetiva de juros é de 2% ao mês. Os empréstimos não têm destinação específica.

Beneficiários: Pessoas físicas detentoras de conta simplificada, titulares de conta corrente ou de poupança que, em conjunto com as demais aplicações financeiras do Banco da Amazônia, não apresentem saldo médio mensal superior a mil reais e que tenham renda de até dois salários mínimos; microempreendedores (autônomos, donas de casa, profissionais liberais, etc.) que possuem empreendimento de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, que atuam no mercado informal; aposentados e pensionistas do INSS, que recebam até dois salários mínimos de aposentadoria ou pensão pelo Banco da Amazônia; e microempresas, desde que o valor da operação para essa linha somado ao saldo de outras operações de crédito que tenha em qualquer instituição financeira não ultrapasse dez mil reais.

Principais Contribuições ao Cumprimento do Programa do Governo

- Liberação de microcrédito a 56.925 pessoas e microempreendedores formais e informais, no valor total de R\$ 32,1 milhões, permitindo geração de trabalho e renda e inclusão social.

Durante o exercício de 2009, o Banco da Amazônia financiou 2.030 operações nessa linha de crédito, concedendo empréstimos que totalizaram R\$ 1.195.461,00, com valor médio de R\$ 588,90 por beneficiário. De 2003 a 2009, o Banco da Amazônia emprestou R\$ 32.148.884,86 para 56.925 operações de microcrédito, com valor médio de R\$ 564,76 por cliente.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO AMAZÔNIA MICROCRÉDITO EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
16.825	9.439.000,00	2.030	1.195.461,00

Fonte: Banco da Amazônia

Abastecimento Agroalimentar

Visa contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo. Formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar da população brasileira. Tem por finalidade financiar o custeio e comercialização da produção agropecuária e o investimento no setor.

Beneficiários: Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamentos, movimentos sociais, comunidades carentes, governos e segmento varejista.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Formação e manutenção de estoques de produtos agropecuários;
- Regularização do abastecimento interno;
- Fortalecimento do comércio internacional;
- Melhoria da renda dos produtores; e
- Inclusão social.

Em 2009, o Banco da Amazônia contratou 5.338 operações de crédito para a atividade agropecuária da Região, desembolsando recursos da ordem de R\$ 485,4 milhões, oriundos do FNO, BNDES, OGU e da Poupança Rural.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
4.595	487.050.168,00	5.338	485.434.317,00

Fonte: Banco da Amazônia

Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

O objetivo do Programa é aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações. Financia as atividades produtivas, nas modalidades investimento e capital de giro, das microempresas e empresas de pequeno

e médio porte dos setores não-rurais (agroindústria, indústria, turismo, infra-estrutura, comércio e prestação de serviços).

Beneficiários: Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, de 14.12.2006.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Migração da informalidade para legalização das empresas;
- Maior arrecadação de tributos;
- Geração de emprego e renda e estímulo a exportação;
- Incremento de novas cooperativas;
- Ganho na produção das atividades da Região; e
- Qualificação no setor de comércio exterior, buscando maior competitividade.

Em 2009, o Banco da Amazônia contratou 2.103 operações de crédito para as Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio porte, no valor de R\$ 456,0 milhões, usando recursos do FNO, FAT e BNDES.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
1358	426.484.344,00	2.103	455.997.239,00

Fonte: Banco da Amazônia

Microcrédito Produtivo Orientado

Visa a ampliar o acesso ao crédito, bem como apoiar e estimular o segmento das instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local. Esta ação é fomentada pela concessão de financiamento a empreendedores de baixa renda ou populares, por meio de metodologias próprias do microcrédito produtivo orientado.

Beneficiários: Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), determinada pelo Decreto nº 5.288, de 29/11/2004.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Legalização de microempreendedores que atuam no segmento informal da economia;
- Acesso a serviços financeiros (abertura de conta corrente e de poupança);
- Acesso ao crédito bancário; e
- Geração de trabalho e renda e inclusão social;

Durante o exercício de 2009, o Banco da Amazônia, desembolsou R\$ 5.195.382,24 para 6.327 clientes, com recursos provenientes dos saldos dos depósitos à vista de

seus clientes, com média de R\$ 821,14 por cliente, conforme a seguir:

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)
22.450	9.445.000,00	6.327	5.195.382,24

Fonte: Banco da Amazônia